



## **Instituto Sou da Paz**

# **Plano de Controle de Armas do Município de São Paulo Projeto Armas na Mira**

## **Relatório de avaliação externa**

**Dezembro de 2012**

**Instituto Fonte**

**Consultora responsável:  
Martina Rillo Otero**

## Sumário

I. Introdução .....	4
II. Notas metodológicas.....	7
III. Resultados .....	8
1) O impacto do Grupo Técnico para os indivíduos e as instituições envolvidas .....	8
a) <i>A presença individual e institucional ao Grupo Técnico</i> .....	9
b) <i>O Grupo Técnico como espaço de confiança e humanização</i> .....	13
c) <i>O Grupo Técnico como espaço de partilha de demandas e soluções</i> .....	14
d) <i>O Grupo Técnico: a solução de problemas na prática e as novas iniciativas</i> .....	18
e) <b>Novos significados para o papel do município no controle de armas e no desarmamento</b> .....	22
f) <i>Limites do GT</i> .....	24
2) Lições aprendidas a partir da experiência do Grupo de Sensibilização .....	25
3) O papel desempenhado pelo ISDP e pela Secretaria de Segurança Urbana .....	26
4) Resultados no controle de armas no Município de São Paulo .....	29
5) O futuro do Plano: Condições para sua manutenção e fortalecimento.....	34
Anexo 1: Papéis dos atores com obrigações legais no controle de armas .....	37
Anexo 2: Marcos importantes para o Plano de Controle de Armas do Município de São Paulo .....	39

## **Índice de tabelas e gráficos**

Tabela 1: Número de reuniões em que participou cada instituição .....	10
Tabela 2: Número de revistas pessoais, armas apreendidas e revistas por arma .....	30
Tabela 3: Registros de armas concedidos pela PF.....	31
Tabela 4: Registros de armas concedidos pela PF no estado de SP.....	32
Tabela 5: Armas entregues nos postos da GCM, entre os anos de 2009 e 2012.....	32
Gráfico 1: Numero de participantes por encontro no Grupo Técnico .....	9
Gráfico 2: Número de armas apreendidas na capital e na grande São Paulo.....	29
Gráfico 3: Número de armas apreendidas no Estado de São Paulo, Capital, grande São Paulo e interior (Fonte: SSP/SP).....	30
Gráfico 4: Número de entrega de armas por mês, à GCM de São Paulo, .....	33
Gráfico 5: Entrega de armas nas seccionais da DECAP .....	33
Gráfico 6: Número de armas e munições destruídas pelo Exército.....	34

## **Lista de siglas utilizadas:**

CAP: Coordenadoria de Análise e Planejamento, da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo -

CICs: Centros de Integração da Cidadania, da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania do estado de São Paulo

DECAP : Departamento de Polícia Judiciária da Capital, da Polícia Civil

DELESP: Delegacia de Controle de Segurança Privada, da Polícia Federal

DIPO: Departamento de Inquéritos Policiais e Corregedoria da Polícia Judiciária, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

DHPP: Departamento de Homicídios e de Proteção à Pessoa, da Polícia Civil

DPCRD: Divisão de Produtos Controlados e Registros Diversos, da Polícia Civil

GCM: Guarda Civil Metropolitana

GGI-M: Gabinete de Gestão Integrada Municipal, criado no âmbito da Secretaria de Segurança Urbana, com existência vinculada à adesão do município à Política Nacional de Segurança Pública.

ISDP: Instituto Sou da Paz

ISPCV: Instituto São Paulo Contra a Violência

PCT: Polícia Técnico-Científica, da Secretaria de Segurança Pública

PRONASCI: Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania

MJ: Ministério da Justiça

SENASP: Secretaria Nacional de Segurança pública

SSP: Secretaria de Segurança Pública

## I. Introdução

O Instituto Sou da Paz (ISDP) foi fundado em 1999, a partir da “Campanha dos Estudantes Sou da Paz pelo Desarmamento”, que buscava chamar a atenção para a questão da proliferação das armas de fogo e promover a conscientização da população. A missão do ISDP é “contribuir para a efetivação no Brasil de políticas públicas de segurança e prevenção da violência que sejam eficazes e pautadas pelos valores da democracia, da justiça social e dos direitos humanos, por meio da mobilização da sociedade e do Estado e da implementação e difusão de práticas inovadoras nessa área”. Com esse intuito, realiza uma ampla gama de ações dentro de diversos temas como gestão pública e novos estudos, comunicação, controle de armas, adolescência e juventude, justiça criminal e voluntariado.

O Plano de Controle de Armas do Município de São Paulo nasceu de uma pesquisa realizada pelo ISDP sobre a implementação do Estatuto do Desarmamento, entre os anos de 2008 e 2009. Nessa pesquisa foram identificadas diversas “falhas” e também sugeridas algumas recomendações, que o próprio Instituto se propôs a implementar em parceria com outros e atores através do Plano. No anexo 1 é possível ver uma síntese do papel dos órgãos com obrigações legais no controle de armas.

O objetivo geral do projeto, como proposto inicialmente, era a “redução de homicídios por armas de fogo na cidade de São Paulo”, a partir de um processo participativo de construção e implementação de um plano que enfocasse o controle de armas em um território específico. Os objetivos específicos eram: a) possibilitar o controle sobre as armas em circulação; b) retirar de circulação o maior número de armas possíveis; c) promover maior segurança dos estoques e arsenais, e; d) estimular que as pessoas não tenham armas de fogo.

O processo envolveu a realização de um diagnóstico, a priorização de atividades para orientação do Plano, sua implementação e avaliação. Todo o ciclo deveria ser realizado em parceria com diversos atores envolvidos, vinculados a dois grupos: o “técnico” e o “de sensibilização”.

O grupo técnico (GT) envolveu principalmente órgãos públicos que atuam no controle de armas, numa articulação, para elaboração do Plano e implementação de ações no sentido manifesto pelo Plano. Alguns atores que integraram esse grupo foram: a Secretaria Municipal de Segurança Urbana do município de São Paulo, a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, a Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo, assim como o Exército, Polícia Federal. O grupo se encontra mensalmente, tendo o ISDP como principal mobilizador dos convidados, organizador da pauta e sistematizador da conversa. Todas as reuniões foram documentadas em Atas e enviadas a todos os participantes. Em Abril de 2012 o grupo foi institucionalizado, através da Portaria 125/2012, no âmbito do Gabinete de Gestão Integrada do Município (GGIM), chamando-se atualmente Comitê de Controle de Armas e Desarmamento.

O grupo de sensibilização contou com um grupo composto prioritariamente por um grande conjunto de organizações da sociedade civil e também atores públicos locais, enfocava a realização de ações para sensibilização num território específico da cidade, que ficou definido como o correspondente à Prefeitura de M’Boi Mirim. Além de ações nessa localidade, ações pontuais de mobilização foram realizadas, como a *Campanha Religiões Unidas pelo Desarmamento* (entre os dias 22 e 30 de outubro de 2011) e a *Semana do Desarmamento nos Centros de Integração da Cidadania (CICs)* (entre os dias 13 e 18 de Agosto de 2012).

O ISDP também publicou notícias periódicas sobre as reuniões dos grupos e sobre o Plano de Controle de Armas de São Paulo no blog <http://desarmasp.wordpress.com/>.

Durante sua implementação o Plano passou por uma avaliação parcial, cujo caráter foi formativo com foco na construção de oportunidades para aprendizagem e redirecionamento das ações. A avaliação enfocou principalmente a fase de diagnóstico e de elaboração do Plano. Nessa avaliação formativa, segundo conversa com equipe, o desenho, especialmente no que se referia às intenções e aos resultados esperados do projeto foram revisitados e questionados, pela sua abrangência e ambição.

Além da pertinência do desenho e a necessidade de redimensionamento das metas, a avaliação parcial (e a reflexão da equipe envolvida) também evidenciou que o contato direto com o campo do controle de armas em âmbito local trouxe aprendizagens e novidades além do previsto, dado o caráter inovador da proposta. Mais do que a aplicação de premissas existentes para um território específico, novo conhecimento foi construído para dar conta da dinâmica particular do fenômeno nesse âmbito.

Em 2012 se encerrou um ciclo de financiamento da participação do ISDP no Plano e a gestão municipal trocará de liderança, de modo que o Instituto Fonte foi procurado para realizar uma avaliação final do ciclo percorrido até o momento. A intenção foi que a avaliação permitisse identificar resultados alcançados, aprendizagens e recomendações para fortalecer o Plano e a possibilidade de que ele continue na próxima gestão.

O processo de avaliação teve início com uma série de entrevistas de atores que participaram da concepção e implementação do Plano, e com uma oficina em que foi reconstruída a trajetória do Plano, incluindo precursores de contexto que criaram condições para que o projeto se realizasse. A reconstrução da trajetória tinha também como objetivo criar subsídios para uma sistematização, a ser completada pela equipe do ISDP. A partir dessa reflexão, foram levantadas “perguntas de avaliação” que definiram o foco da investigação. As perguntas e critérios contemplados em cada uma delas foram os seguintes:

### **1) Qual foi o impacto da experiência do Plano para:**

#### **a) Os indivíduos que participaram?**

- *Aquisição de informações e conhecimento (armas, controle de armas, informações sobre outros órgãos)*

- *Difusão de conhecimento e informações*

- *Mudança de conceitos*

- *Percepção da importância do tema de controle de armas*

- *Vinculação com os objetivos do Plano*

#### **b) As instituições e órgãos envolvidos?**

- *Aquisição de informações e conhecimento*

- *Mudanças de procedimentos*

- *Novas colaborações ou colaborações fortalecidas*

### **2) Quais as lições aprendidas sobre mobilização a partir da experiência do GS?**

- *Aprendizagem sobre o tema*

- *Sensibilização para o tema do controle de armas*

- *Colaborações*

**3) Qual a percepção dos participantes sobre o papel desempenhado pelo ISDP e da Secretaria de Segurança Urbana?**

- Animação
- Sustentação da agenda

**4) Que resultados conseguimos observar no controle de armas no Município de São Paulo?**

- postos de entrega existentes
- armas entregues nas campanhas
- apreensões
- redução nos estoques

**5) Que condições são necessárias para que o Plano se mantenha existindo? O que pode mantê-lo na agenda das instituições?**

Ao observar as perguntas construídas, vemos que esta avaliação investiu na identificação e organização de resultados relacionados ao controle de armas; mas também em resultados relacionados à gestão compartilhada e intersetorial do Plano entre os diferentes órgãos que participaram dos grupos de trabalho, em especial do grupo técnico, aspecto inovador do Plano de Controle de Armas do Município de São Paulo. O foco à compreensão do funcionamento e do sentido de participar dos grupos também se configurou em elemento central para possibilitar a continuidade e fortalecimento dos mesmos no futuro. Ou seja, compreendendo o que fazia com que os participantes integrassem os grupos, torna-se possível cuidar dos elementos necessários para que faça sentido participar também no futuro – tanto individualmente como institucionalmente.

Finalmente, também foi foco desta avaliação buscar identificar mudanças nos dados relacionados ao controle de armas no Município de São Paulo e explorar possíveis relações com a existência e ações realizadas no âmbito do Plano.

## II. Notas metodológicas

A investigação consistiu na escuta de atores-chave, através de entrevistas em profundidade (presenciais e uma por escrito) e a coleta e análise de dados secundários, relacionados ao controle de armas no município. Também foi realizada uma reunião do Grupo Técnico em que se mapearam e discutiram alguns resultados e os conteúdos também foram aproveitados na avaliação.

A lista de sujeitos escutados foi a seguinte:

<b>Nome</b>	<b>Instituição</b>	<b>Estratégia</b>
Adalberto Florentino	DPC - Polícia Civil	Entrevista presencial
Alice Andrés Ribeiro	ISDP à época	Entrevista presencial
Bruno Langeani	ISDP	Discussão em grupo
Capitão Cleodato Moisés do Nascimento	Polícia Militar	Entrevista presencial
Denis Mizne	ISDP à época	Entrevista presencial
Edsom Ortega	Secretaria Municipal de Segurança Urbana	Entrevista presencial
Erica Ribeiro	ISDP	Discussão em grupo
Heather Sutton	ISDP à época	Entrevista presencial
Inspetor Dorival Perbone Júnior	Guarda Civil Metropolitana	Entrevista presencial
Maria Isabel Soares	Secretaria de Justiça – CIC	Entrevista presencial
Marisa Pulice Mascarenhas	Ministério da Justiça	Entrevista presencial
Melina Risso	ISDP	Discussão em grupo
Patricia Nogueira	Instituto São Paulo Contra a Violência	Entrevista por escrito
Sidnei de Lorenzi Cancellier	Polícia Federal	Entrevista presencial
Talita Lazzarin Dal'bó	Ministério da Justiça	Entrevista presencial
Tenente Ana Paula Garutti	SSP – CAP	Entrevista presencial
Zare Ferragi	Secretaria Municipal de Segurança Urbana	Entrevista presencial

Os dados secundários relacionados ao controle de armas foram obtidos com a Guarda Civil Metropolitana, Exército Brasileiro, Ministério da Justiça, Secretaria de Segurança Pública – SSP, Coordenadoria de Análise e Planejamento da Secretaria de Segurança Pública (CAP-SSP) Instituto Sou da Paz e sites (<http://www.deolhonoestatuto.org.br> e <http://www.entreguesuaarma.gov.br/>).

### III. Resultados

Os resultados são apresentados a partir da sistematização dos conteúdos recolhidos no processo de investigação e a partir dos eixos estabelecidos pelas perguntas de avaliação. Na análise dos dados resgataremos alguns acontecimentos que estiveram relacionados com o Plano e são importantes para compreender os resultados, no Anexo 2 também é possível ver a síntese de tais acontecimentos.

#### 1) O impacto do Grupo Técnico para os indivíduos e as instituições envolvidas

O tema central deste processo de avaliação foi o Grupo Técnico<sup>1</sup>, seu funcionamento interno (articulação entre as pessoas, estratégias para sua operação, dinâmicas, etc) e externo (mudanças originadas a partir dele, novas iniciativas, etc). De forma sintética, a avaliação encontrou diferentes níveis de articulação estabelecidos a partir do grupo, que, inter-relacionados estabeleceram seu diferencial. A figura a seguir sintetiza esses níveis:



Figura 1: Níveis de articulação possibilitados pelo Grupo Técnico

A condição para que ocorram esses níveis de articulação é a presença dos indivíduos e instituições nos espaços de encontro do Grupo. A partir do encontro físico entre os representantes de diferentes instituições e órgãos relacionados com o controle de armas da cidade de São Paulo, deu-se, progressivamente, a construção de um espaço de confiança e a superação de uma interação formal, para uma interação mais humanizada. O contato mais humanizado e o estabelecimento de um espaço de confiança possibilitaram a articulação mais consistente e interação mais dinâmica, em que as pessoas puderam compartilhar problemas e soluções vivenciados nas suas instituições relacionados à operacionalização de ações vinculadas ao controle de armas e ao desarmamento. Obviamente essa relação não é unidirecional: poder compartilhar problemas e soluções foi também um aspecto que aprofundou as relações de confiança no grupo.

Finalmente, esses níveis de contato e de partilha também possibilitaram a mudança na prática de procedimentos operacionais relacionados às ações de controle de armas e desarmamento; além do estabelecimento de colaborações, trocas de informação e a realização de novas

<sup>1</sup> Com a formalização, o grupo passou a ser chamado de Comitê de controle de armas, mas no relatório usamos a nomenclatura de Grupo Técnico.

iniciativas e ações conjuntas entre os atores envolvidos no GT, já fora do âmbito específico dele. Novamente, as relações não são unidirecionais: a mudança na prática das instituições e o estabelecimento de colaborações extra GT também deram sentido à própria existência do grupo. Se não chegasse nesse nível de transformação, nem a confiança, nem a partilha de problemas e possíveis soluções seriam suficientes para manter a presença os sujeitos nos encontros.

Cada um desses aspectos é analisado nas seções a seguir.

### a) A presença individual e institucional ao Grupo Técnico

O Grupo Técnico teve 27 encontros, de 30/06/2010 a 04/12/2012. A avaliação teve informações sobre presença de 26 deles. A média de número de participantes foi de 8,7 por reunião, diante de uma expectativa de 11 a 14 pessoas por reunião. Isso resulta numa média de participação de 60-80%. Essa primeira informação evidencia a adesão dos participantes, garantindo um mínimo de presença. A adesão também é evidenciada pelo fato de que foi possível a realização de reuniões de forma sistemática, praticamente todos os meses, com exceção de alguns relacionados a férias (janeiro, julho). O número de participantes presentes variou ao longo do tempo, como vemos no gráfico a seguir:

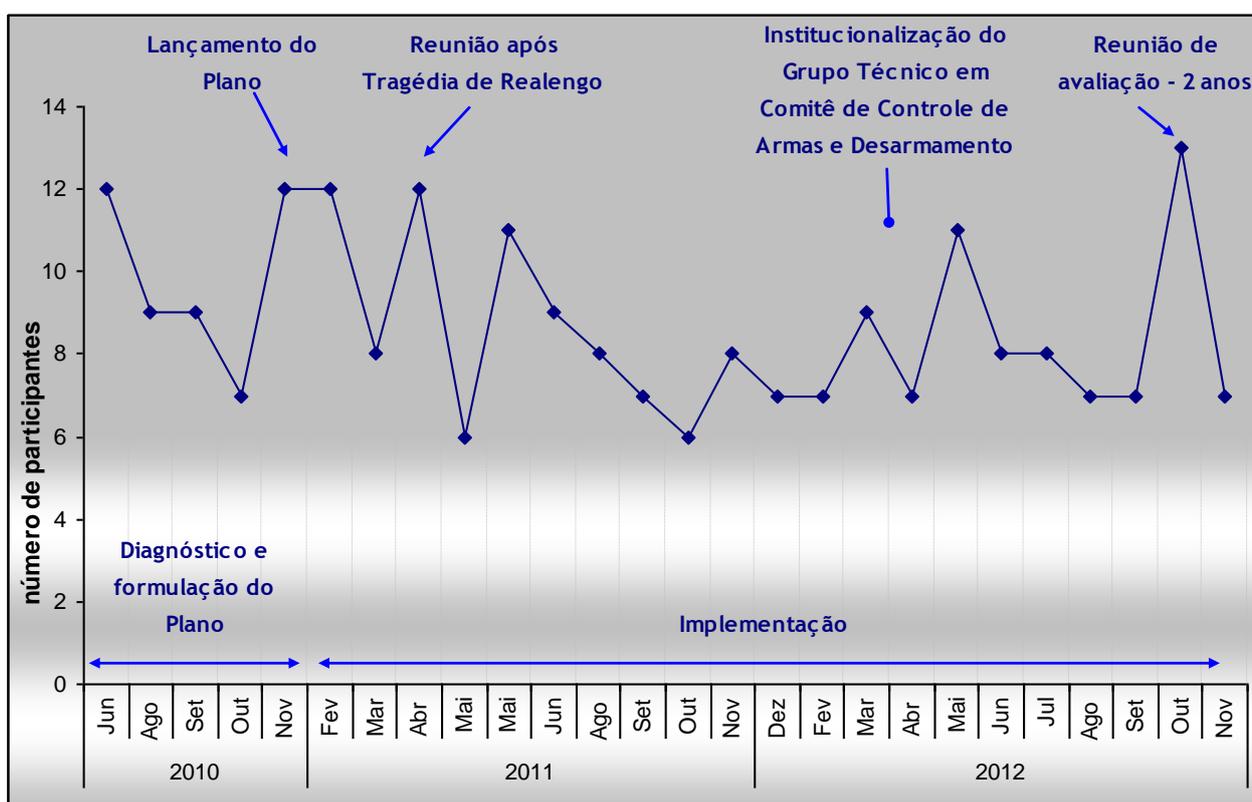


Gráfico 1: Número de participantes por encontro no Grupo Técnico

Apesar de conter um bom nível de presença, eventos relacionados ao contexto ou ao Plano de modo geral, fizeram com que o número de presentes oscilasse - como era de se esperar. Os picos ocorrem em função de acontecimentos externos, como a reunião após a ocorrência da tragédia em Realengo<sup>2</sup>, que influenciará os dados relacionados com a apreensão e entrega de

<sup>2</sup> O Massacre de Realengo ocorreu em 7 de abril de 2011, na parte da manhã, na Escola Municipal Tasso da Silveira, localizada no bairro de Realengo, na cidade do Rio de Janeiro. Wellington Menezes de

armas de maneira geral no país. Os picos de presença também ocorrem em função de acontecimentos relacionados ao Plano, como seu lançamento, ou a reunião em que foi feita uma discussão interna de avaliação de resultados do Plano.

As reuniões com menor nível de participação foram as de 4/5/2011 e 11/10/2011.

O nível de adesão também variou conforme a instituição, como vemos na tabela abaixo:

**Tabela 1: Número de reuniões em que participou cada instituição  
(Em negrito os órgãos que possuem obrigações legais no controle de armas,  
segundo o Estatuto do Desarmamento)**

<b>Instituição</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Instituto Sou da Paz	25	100,00%
Guarda Civil Metropolitana	23	92,00%
Secretaria Municipal de Segurança Urbana	23	92,00%
<b>Polícia Civil – Divisão de Produtos Controlados (DPC)</b>	<b>23</b>	<b>92,00%</b>
Instituto São Paulo contra a Violência*	7	87,50%
Ministério da Justiça	21	84,00%
<b>Polícia Militar</b>	<b>17</b>	<b>68,00%</b>
<b>Polícia Civil - Departamento de Polícia Judiciária da Capital (DECAP)</b>	<b>17</b>	<b>68,00%</b>
Núcleo de Balística - Polícia Técnico-Científica, da <b>Secretaria de Segurança Pública</b>	<b>16</b>	<b>64,00%</b>
Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania do estado de São Paulo	16	64,00%
<b>Polícia Federal</b>	<b>14</b>	<b>56,00%</b>
<b>Polícia Civil - Departamento de Homicídios e de Proteção à Pessoa (DHPP)</b>	12	48,00%
<b>Secretaria de Segurança Pública do estado de São Paulo - Coordenadoria de Análise e Planejamento (CAP)</b>	<b>12</b>	<b>48,00%</b>
<b>Exército</b>	<b>6</b>	<b>24,00%</b>
Dipo	1	4,00%

\*O ISPCV foi convidado a participar no grupo em março de 2012

Fonte: Registro ISDP

Os mais presentes foram os principais mobilizadores da iniciativa: Instituto Sou da Paz e Secretaria de Segurança Urbana (que inclui a Guarda Civil Metropolitana). Vale observar que não foram os órgãos que possuem obrigações legais no controle de armas que tiveram presença mais sistemática no GT.

As instituições que tiveram uma presença menos constante foram o Exército, o CAP e o DHPP, da Polícia Civil. No caso do Exército, a representação foi sempre a mesma e a presença no grupo foi inconstante. Curioso notar que apesar do baixo número de presenças, os entrevistados relatam a relevância da presença do Exército nas reuniões do grupo, especialmente pelo fato de poderem conhecer o funcionamento de procedimentos que muitas vezes não são compreendidos.

*“[o Exército] É um ator fundamental principalmente na parte do controle de armas, quanto a parte da destruição do armamento, é um ator muito importantíssimo. Eles são muito mais hierarquia, disciplina e não adianta e por mais que a gente o convença, a gente sabe*

Oliveira, de 23 anos, invadiu a escola armado com dois revólveres e disparou contra os alunos presentes, matando doze deles, com idade entre 12 e 14 anos.

*que parou ali no major que veio, no coronel que veio, mesmo o coronel sendo o chefe ele precisa de uma determinação lá dentro, ele precisa convencer muito mais gente lá dentro de que o plano é bom.”.. “[O Exército] Traz informações importantes sim”. (Sidnei de Lorenzi Cancellier, representante da PF)*

*“Então eles não devem participar por algum motivo, mas acho que o exército teria que estar mais junto, [eles] são muito importantes. Mas como a gente falou, de repente eles não são obrigados né, eles participam por cortesia, mas eles são muito importantes. Cada vez que eles dão uma palestra, que eles estão junto, que você pode fazer uma pergunta para todos, a interação é muito boa, muito importante” (Inspetor Dorival Perbone Júnior, representante da GCM).*

Dada a natureza institucional do Exército, percebida como de difícil acesso, a presença de um representante valorizou o grupo. O fortalecimento dessa participação institucional no futuro seguramente fortaleceria o GT.

Com relação à CAP, houve uma troca de representantes, a partir da qual, a presença passou a ser mais constante. De qualquer maneira, a representante atual relata “levar” muito mais do “receber”. Sendo responsável pela análise e produção de dados da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo é de se esperar que o órgão leve informações privilegiadas às quais têm acesso.

Finalmente, com relação ao DHPP, houve trocas na representação. Um representante em especial teve uma participação mais constante até o final de 2011, quando houve troca e a partir daí não houve mais representantes do departamento nas reuniões.

Curioso notar que a oscilação de representantes não foi um empecilho para a presença institucional assídua de alguns outros órgãos, como a Guarda Civil Metropolitana, a Secretaria de Segurança Urbana e o DPC, o que mostra a importância na adesão institucional nos períodos de troca de representação.

Os dados relacionados à presença dos indivíduos e das instituições mostram que a adesão está condicionada tanto ao apoio institucional, como ao engajamento individual. O engajamento individual é fundamental para garantir assiduidade e propiciar que certas barreiras à participação (excesso de demandas, falta de transporte, etc) possam ser superadas. A adesão institucional, por sua vez, parece mais fundamental quando ocorre a troca de representantes. Nesse sentido, a adesão de pessoas pertencentes aos níveis hierárquicos mais altos nas instituições é especialmente relevante quando ocorre a troca.

Também importante notar que, segundo diversos entrevistados, o fato do grupo ter sido institucionalizado e transformado no Comitê de Controle de Armas e Desarmamento, através da Portaria 125/2012, ajudou muito aos representantes conseguirem o aval institucional para participar das reuniões. Os dados de presença, porém, ainda não evidenciam isso. O nível de presença não aumentou e se compararmos a média de presença antes e depois da institucionalização do grupo, veremos que ela se manteve quase igual: antes a média de presença foi de 8,83, enquanto a média de presença depois da institucionalização ficou em 8,71.

De qualquer maneira, do ponto de vista dos entrevistados a institucionalização parece cumprir uma função importante para os indivíduos que participam do grupo, pois se sentem mais amparados para justificar sua ausência de outras atividades e compartilhar dados, o que pôde ser percebido pela equipe do Instituto Sou da Paz:

*“Ao publicar a portaria facilitamos a participação, porque ela estabelece uma prioridade, legítima a participação diante do superior na instituição. Formaliza o compromisso”... “A publicação da portaria nomeia os membros, o que é importante diante das muitas coisas que todos têm que dar conta” (Zare Ferragi, representante da Secretaria de Segurança Urbana)*

*“Faz diferença, não adianta eu só chegar lá e falar “delegado, eles querem um representante”, porque principalmente para a liberação do servidor público, do deslocamento com uma viatura em um local em que ele não deveria estar, ele tem que estar aqui trabalhando, para ele ir lá ele precisa de um documento oficial que o libere e garanta que se houver um acidente ele não está indo lá só porque quer. Ninguém, apesar do interesse em trabalhar e resolver um problema, pode sair daqui só porque quer, não tem jeito” (Sidnei de Lorenzi Cancellier, representante da PF)*

*“E aí eu comecei a participar, comecei a me interessar. Esse grupo quem tem que ir, eu tenho que ir, mas não fui porque não sabia que tinha que ir. Cada vez é um inspetor, era feito rodízio até institucionalizar, aí institucionalizou, publicou, eu sou o titular, agora faço questão de ir em todas as reuniões e aprendo muito”. (Inspetor Dorival Perbone Júnior, representante da GCM).*

Apesar de ainda não ter aumentado o número médio de participantes por reunião, a institucionalização do grupo também significa, para os entrevistados, uma obrigação institucional mais explícita, o que, a partir da reflexão anterior, pode ter uma importância grande no momento de troca de representações.

*“Hoje institucionalizado eu tenho que ir, faz parte da minha atribuição. Se eu não puder ir, eu tenho o meu suplente, entendeu?”... “E antes não, antes era muito rodízio de inspetores. Porque a gente não sabia, então não podia ir um inspetor que era envolvido, às vezes acontecia de ir outro. Depois me fala o que aconteceu, o que não aconteceu, essa institucionalização foi muito positiva nesse aspecto” (Inspetor Dorival Perbone Júnior, representante da GCM).*

Todos os participantes relataram acreditar na causa do desarmamento e do controle de armas, sinalizando, inclusive, que suas instituições também já possuíam esse tema como diretriz. O GT parece estar constituído por pessoas que, de alguma forma, já estão sensibilizadas ao tema. Diferentes justificativas são apresentadas para essa adesão, desde a relação direta entre a circulação de armas e mortes, até a valorização das forças policiais como as que devem cuidar da segurança- e não os cidadãos comuns.

*“Por conta dessa questão dos conflitos com adolescentes fui analisar com detalhe a razão do crescimento da exposição dos adolescentes com situações de conflitos que acabaram os levando... iam presos e muitas vezes envolvidos aí em situações graves de homicídios ou lesões graves e aí vimos que eles tinham uma facilidade enorme de acesso a arma. Muito fácil. “Desde essa época [experiência passada na Zona Sul] se acentuou mais então a minha leitura da importância de um lado em investir em educação, não só educação formal, mas tudo o que promove a educação e a formação de uma pessoa e investir na cultura de paz” (Edsom Ortega, Secretário Municipal de Segurança Urbana)*

*“eu acredito nessa causa, eu acho que o desarmamento ele é sim diminuidor de violência, diminuidor de morte, você ter menos armas em circulação você possibilita um cenário menos violento, menos propício a homicídios; então eu acho que isso é uma coisa que me mobiliza” (Maria Isabel Soares, coordenadora do CIC)*

*“[acredito no controle de armas e o desarmamento] Porque eu acredito nas instituições policiais efetivas. As forças policiais têm que trazer bons resultados e trabalhar em cima da*

*violência, combater a violência com ações preventivas e repressivas qualificadas e não o cidadão. Porque hoje você vê pessoas, policiais da Rota armados e estão sendo assassinados. Então se ele é tão preparado assim porque ele não conseguiu prevenir? Você percebe? Guardas civis preparados, policiais civis, então eu acho que tem que deixar realmente essas ações para os policiais, as polícias e os policiais preparados para isso né”.*  
M – *“Isso é uma visão do senhor ou o senhor acha que isso é uma coisa mais da guarda?”*  
*“Olha, pelo que eu ando pela guarda, eu acho que a guarda tem essa visão, essa visão preventiva. E eu percebo um entusiasmo nessa visão, eu percebo um comprometimento dos guardas, dos inspetores, comandantes, das inspetorias, nesses aspectos”.* (Inspetor Dorival Perbone Júnior, representante da GCM).

E também há leituras que trazem dilemas do trabalho com o tema, como o representante da PF, que relata sentir o peso de receber uma arma, cujo histórico muitas vezes é desconhecido.

M – *“Terrível [receber armas das pessoas]?”*

- *Terrível lidar com a arma dos outros”.*

M – *“Por quê?”*

*“Porque eu não posso te perguntar se você matou alguém com aquela arma ou qual o seu interesse em se livrar daquela arma que está raspada aqui na minha frente, você olha para a pessoa e fala ‘será que ele matou alguém, será que essa arma tem sangue?’”* (Sidnei de Lorenzi Cancellier, representante da PF)

#### **b) O Grupo Técnico como espaço de confiança e humanização**

Podemos identificar as articulações possibilitadas pelo encontro das pessoas no Grupo Técnico que geraram tanto a troca de informações e de encaminhamento de questões vividas na prática, como a emergência de novas iniciativas. Para ambas, a construção de um espaço de confiança foi fundamental para garantir a adesão dos participantes.

Os contatos realizados dentro do grupo possibilitaram e deram sentido ao grupo. A burocracia e o tamanho do Estado muitas vezes dificultam a percepção de que por trás de procedimentos, memorandos e ofícios existem pessoas que solucionam ou criam empecilhos para realização de ações. A construção de um espaço de confiança e acolhimento entre as pessoas foi fundamental para que outros passos pudessem ser dados na partilha de informações, problemas e soluções:

*“essas informações mais reservadas às instituições, há uma cultura de auto preservação, de guardar e tal ‘essa informação é sigilosa, não posso’. Quando você conquista a confiança e fica claro que há um interesse público, um interesse comum, aí então isso facilitou muito”* (Edsom Ortega, Secretário Municipal de Segurança Urbana).

*“Aí a gente explicava [o que era o grupo], é como se as pessoas fossem sendo acolhidas pela gente. A partir do momento em que até a própria frieza no contato humano foi começando a cair e você viu que os problemas que um órgão tem o seu também tem, cada um no seu nível de tamanho, você começou a conversar, a deixar o lado humano falar mais do que o órgão e começar a desenrolar os problemas dos dois lados”.* (Sidnei de Lorenzi Cancellier, representante da PF)

*“Outra coisa foi que o grupo se transformou num espaço de escuta profunda e troca entre os atores... Diria que se estabeleceu uma escuta empática... ‘consigo entender o outro. Entender o que os outros passam’... ‘Criamos um ponto de encontro em que as pessoas param para discutir’”* (Zare Ferragi, representante da Secretaria de Segurança Urbana)

Os entrevistados relatam que a participação no grupo possibilitou a partilha com outros membros do GT para além dos ofícios e emails, possibilitando contatos caracterizados como “menos frios”, “mais humanos”, etc.

*“Nos encontros mensais existe a oportunidade de troca de informações, resoluções de problemas e questionamentos ou mesmo a indicação de caminhos mais proveitosos para a finalidade específica, sendo um meio importante para a integração dos representantes e, por conseguinte, das Entidades. Podemos perceber uma integração substancial de todos os representantes, por meio de comunicação direta ou através dos gestores, transformando as dificuldades em fatores passíveis de soluções imediatas ou a curto prazo. (Depoimento DECAP no livro que será publicado sobre a experiência do Plano de Controle de Armas do Município de São Paulo, no prelo)*

*“Tem que conhecer porque senão você, que nem você falou, senão o inspetor entende que eu sou o bicho papão. Uma vez eu assisti num canal universitário, eu estou lá de bobeira, a Alice participando de um programa junto com o juiz. Você fala, a Alice está na televisão, puxa a Alice do Sou da Paz, são nomes fortes né. Aí você vê, fica mais fácil, você conhece a pessoa, toma um cafezinho, no final da reunião sempre fica uns 10 minutos a mais, o relações públicas [da PM] toda hora está na televisão e a gente toma café junto...” (Inspetor Dorival Perbone Júnior, representante da GCM).*

### **c) O Grupo Técnico como espaço de partilha de demandas e soluções**

Todos os participantes relatam que o GT possibilitou ultrapassar barreiras burocráticas e resolver demandas e problemas de procedimento através do contato representantes de outras instituições presentes no grupo. O estabelecimento da confiança possibilitou e foi produzido pelo fato do GT ter sido oportunidade de partilha de problemas enfrentados pelas instituições e de possíveis soluções.

O encontro de pessoas pertencentes a diferentes instituições em torno de um eixo de trabalho – o controle de armas – possibilitou sua aproximação e uma maior compreensão de que problemas semelhantes são compartilhados, ou mesmo de que todas as instituições enfrentam problemas que podem ser compartilhados para uma solução melhor.

*“Eu acho que além do interesse em conhecer pessoas eu [vou porque] acho que a gente foi divulgando os nossos problemas, eu tenho que a gente consegue resolver de uma forma muito melhor do que só com e-mail, principalmente porque a gente consegue identificar alguns problemas que não estão só na lei, só que a gente sabe que vai dar um pepino e você expando isso na Polícia Civil, a gente sabe que o outro da Polícia Civil também já identificou isso. Só que falando sozinho ou pensando sozinho ninguém vai conseguir resolver. Ali a gente senta, resolve os problemas, passa o problema via Dra. Marisa para o Ministério da Justiça e a gente sabe que pelo menos a nossa parte de identificar um problema e achar um caminho mais prático... a gente tem os caminhos aqui mais burocráticos, só que quanto mais caminhos você... quanto mais tiros você estiver dando, mais chances de acertar o alvo você tem” (Sidnei de Lorenzi Cancellier, representante da PF).*

Além da PF, a GCM e a PC também relataram a importância do GT como um espaço onde pudessem levar os problemas enfrentados por quem está na ponta, no caso específico das campanhas de desarmamento, recebendo armas entregues. Nesse sentido, tanto a PF, como a GCM e a PC que ocupam papel central no recebimento de armas da campanha, enfrentam questões práticas que não foram previstas e a existência do grupo possibilitou que outras

instituições, vinculadas a outras partes da cadeia de ações de implementação da política pudessem escutar e também propor novas soluções.

*“O sistema não permite correção. É comum o policial não saber qual a marca, qual o calibre da arma que ele está recebendo. Então, o sistema não permite que se corrija. Então o que acontece? Ele acaba recebendo uma arma e essa arma... Está errada. Aqui nós estávamos devolvendo. O pedido era que as unidades elaborassem uma certidão, um relatório, informando que essa arma recebida com tal numeração, com tal calibre, com tal tipo de arma, trata-se na realidade de outra arma, juntassem no voucher, chamasse o cidadão e entregasse uma cópia. Porque nós não podemos receber aqui na divisão uma arma diferente do que está no documento. Nós estávamos devolvendo e pedindo para corrigir, mas aí cadastrava duas armas no sistema. Eu relatei esse fato ao Paulo e ele levou isso para a Dra. Marisa. Se persistirmos na campanha ano que vem, vou sugerir que tenha alguém com alguma senha para fazer essas correções”* (Adalberto Florentino, DPCRD/Polícia Civil).

*“Quem está na ponta é comum não saber o calibre, o tipo, o número de série da arma”... “Um problema muito comum é o policial apreende a arma e registra o número da patente da arma e não o de série”. “As pessoas não tem idéia de como acontece na prática”.* (Adalberto Florentino, DPCRD/Polícia Civil).

*“No nosso caso, eu acho que a gente teve uma aproximação grande com a Polícia Civil e com a Polícia Militar que são muito importantes, principalmente pensando na Campanha”, “Ele [Dr Paulo Jesus – representante da PC] chamou uma reunião ali na Polícia Civil envolvendo todos os representantes, todos os seccionais do interior, pra falar: ‘olha, com a gente põe isso pra funcionar’. Eu acho que isso foi muito importante naquele momento, a Alice tava presente, representando o Sou da Paz; foi uma reunião importante porque ali eles enunciaram problemas que eles viam de funcionamento da Campanha. Um deles, por exemplo, quando delegacias que não funcionam... você vai ter pessoas que tãõ no sistema indicadas pra receber a arma, se vier alguém receber a arma e aquela pessoa que tem acesso ao sistema não tiver presente – não pode ser qualquer um que vá dar a baixa. Eles comentaram sobre questões assim: como garantir que a pessoa receba. Então é assim, eram problemas que realmente vieram a acontecer na realidade, mas que eles já pensaram por conhecer o funcionamento das delegacias... Já naquele momento veio a proposta de se fazer um BO... ‘não é indicado a pessoa voltar pra casa com a arma, a gente não pode deixar’. Também colocar o Dr Paulo e a equipe dele em contato com os técnicos do Ministério que tavam à frente dessa ação. Eu acho que a gente acaba agilizando esses contatos, tornando os caminhos menos distantes até Brasília”* (Marisa Pulice Mascarenhas – Ministério da Justiça)

Vemos, então, que as instituições ali presentes significaram de diferentes formas a sua importância na discussão de problemas, soluções e fornecimento de informações para a realização de ações relacionadas ao controle de armas e desarmamento. De forma sintética, encontramos:

- Instituições, como a PF, PC e GCM, que contribuem trazendo questões práticas enfrentadas nas ações de controle de armas e desarmamento;
- Instituições, como a CAP, que contribui trazendo informações e estatísticas relevantes para o tema;
- Instituições, como o Exército e o Ministério da Justiça, que contribuem trazendo informações sobre normas e procedimentos e podem contribuir no encaminhamento de soluções, por conta da competência que lhes é atribuída..

A presença de uma representante do Ministério da Justiça, por exemplo, que tira dúvidas sobre a Política Nacional da Segurança Pública foi especialmente citada como uma conexão que facilitou tirar muitas dúvidas sobre dilemas que acontecem na prática:

*“Houve um problema sério com as indenizações. Quando teve o reajuste nas indenizações, não houve um tempo hábil para atualizar o sistema, então um monte de gente me ligando. A orientação era que havia um problema operacional, então era para esperar alguns dias e tentar no fazer o saque. Caso não conseguisse, entrar em contato com o site da campanha e fazer a reclamação formal. Foi o que estou repassando para as pessoas que vem reclamar aqui, que não foram poucas. As informações que foram passadas para mim na reunião, eu repassei” (Adalberto Florentino, DPCRD/Polícia Civil)*

*“Eu tenho também uma aproximação muito boa com a SENASP, Secretaria Nacional de Segurança Pública, através da Marisa que é a suplente, e da Talita. Então muitas coisas, por exemplo, de eu ter dúvida, ligo para a Marisa em vez de mandar e-mail lá para a SENASP, ‘só um minutinho’, ela me tira por telefone. Então, aí só essa facilidade de você, a própria Talita, eu elogiei ela em uma reunião que uma guarda minha descobriu o telefone dela lá no Itaim Paulista e ela tirou uma dúvida. Aí ele, inspetor, eu ia ligar para o senhor, mas eu já falei com a Talita e ela me resolveu. Então essa facilidade é muito boa”. (Inspetor Dorival Perbone Júnior, representante da GCM).*

Além de tirar dúvidas e encaminhar soluções, a representação do Ministério da Justiça levou informações sobre soluções experimentadas a partir do GT para o Ministério, em Brasília.

*“Por mais que tenha tido talvez uma solução individual [entrega da munição ao Exército], eu acho que esse problema foi levado pra Brasília, pro Ministério, pela Marisa, foi colocado, pra ter um procedimento, institucionalizar um procedimento a nível nacional, pra todos” (Talita Lazzarin Dal'bó, representante do Ministério da Justiça)*

Tanto o Ministério da Justiça, como o Exército puderam aprofundar sua leitura das demandas de quem está “na ponta” das ações de desarmamento e controle de armas.

*“Finalmente pode-se elencar que durante as discussões conduzidas pelo Comitê, o SFPC da 2ª Região Militar concluiu pela necessidade de criar estruturas que lhe permitissem fiscalizar de forma mais abrangente o público registrado para a prática do tiro e do colecionamento de armas, tais como o Centro de Coordenação e Controle de Operações de Fiscalização”. (Depoimento do Exército no livro a ser publicado sobre a experiência do Plano de Controle de Armas do Município de São Paulo, no prelo)*

Assim como o Ministério da Justiça e Exército, outra instituição que faz esclarecimentos e traz informações é a CAP, órgão da Secretaria de Segurança Pública do Estado responsável pela produção de estatísticas e análises para orientação de ações nesse campo.

*“Na verdade, a gente mais doa do que recebe. Por quê? A ideia da CAP estando lá é esse fornecimento de dados, que a gente acaba não tendo nenhum tipo de análise que vá utilizar as informações passadas na reunião, além dos dados de coleta do armamento – quanto a isso daí tudo bem”, “Nas reuniões fica muito aquela situação de quem trabalha muito com a Campanha do Desarmamento; então é o exército que destrói, é a Polícia Civil que recolhe, a GCM que recolhe, então é como se tivesse fazendo um canal técnico entre as pessoas que realmente trabalham com isso. Como a CAP não tem essa função tão direta, a gente acaba só tendo estatística, então acaba ficando só mais assim, mais dá do que recebe” (Tenente Ana Paula Garutti, representante da CAP/ SSP)*

Neste caso específico, seria possível questionar o quanto o grupo tem demandado novas informações e análises de forma a que a CAP perceba o GT como espaço de contato com quem pode usar suas informações e, dessa forma, espaço que contribui a dar relevância a suas ações. Tanto no caso da CAP/SSP, como do Ministério da Justiça, o contato proporcionado pelo

GT com quem vive as questões “na ponta”, possibilita que a atuação estratégica se aproxime da prática.

A partilha de problemas e soluções sempre esteve acompanhada da troca de informações sobre o funcionamento de cada instituição envolvida.

*“Da minha parte [o principal objetivo] é a troca de informação, saber o que está acontecendo em todos os outros órgãos envolvidos e poder expor os meus problemas e tentar solucioná-los de uma outra forma e que seja mais rápida e mais eficiente” (Sidnei de Lorenzi Cancellier, representante da PF).*

*“Porque, por exemplo, ontem, justamente na reunião de ontem teve uma fala do representante da superintendência da polícia federal sobre vigilância particular, ele deu umas dicas fantásticas de como é que são fiscalizadas, como são renovadas, tipo de sanção, por exemplo, mau controle de estoque mínimo, tem que ser 10 armas no mínimo que tem que ficar em cada empresa, não pode ficar várias armas, a fiscalização, e há dois meses atrás foi uma palestra de um coronel do exército”... “Você aprende muito”... “Eu fui visitar um CIC, eu não sabia o que era um CIC, eu aprendi que tem uns 6 CICs aqui em São Paulo, o que faz o CIC, eu não sabia. Então fui lá conhecer, fui in loco, fui conhecer as pessoas, é muito rico” (Inspetor Dorival Perbone Júnior, representante da GCM).*

A troca de informações também permitiu que os participantes compreendessem os procedimentos adotados por outros órgãos. Dificuldades antes não compreendidas passaram a ser compreendidas e, no caso de procedimentos que não poderiam ser alterados, poderiam ser entendidos e aceitos.

*Ajudou porque você conversa, você sabe das dificuldades, por exemplo, na entrega de arma lá em Barueri [onde as armas são destruídas], a importância que eles tratam a contagem de armas, a minuciosidade, por exemplo, nós pegamos uma arma que o primeiro número da arma era zero, olha que interessante, estava na arma zero, só que na planilha o zero não apareceu e eles devolveram, se o primeiro número da arma é zero e você não colocou na planilha essa arma não está aqui. Me devolve e no próximo agendamento”... “Porque olha, eu mando com antecipação, eu mando aqui a planilha, você fica com essas 100, você com essas 200, me manda essas daqui, a gente vai entregando para eles, essa arma não está aqui, o primeiro número é zero, cadê essa arma, vou botar zero aqui na arma, então devolve. Eu acho legal, eles devolveram 8. Acontece. Às vezes você troca um numerozinho lá, não tem jeito de errar, eles são muito corretos e excessivos. Então amanhã depois falar que teve um erro por causa do exército com certeza não vai ter” (Inspetor Dorival Perbone Júnior, representante da GCM).*

Finalmente, a troca de informações também gera transparência, pois possibilita o trânsito de dados para fora, é mediada por uma organização da sociedade civil e documentada sistematicamente.

*“Eu acho que essa campanha e o plano dão a possibilidade do controle social. Então a gente ter a transparência, a gente apresentar os dados [...] pra daí o cidadão que eventualmente venha a ter uma dúvida ‘ah, mas eu acho que a polícia tá embolsando essas armas’. Não tá porque a arma é destruída na frente do cidadão [...]. As possibilidades de fraude vão sendo cada vez mais reduzidas, então acho que isso é muito importante”... “O Grupo Técnico, por ter pessoas de várias instituições ele também gera esse controle”... “Eu acho que o Sou da Paz tem um papel central, organiza, encaminha a ata, encaminha a pauta prévia depois encaminha a ata depois da reunião; e acho que esse mecanismo é também um mecanismo importante de transparência. E um órgão da*

*sociedade civil é o mais indicado para fazer isso” (Maria Isabel Soares, coordenadora do CIC)*

#### **d) O Grupo Técnico: a solução de problemas na prática e as novas iniciativas**

Diversos são os exemplos de mudanças em procedimentos das instituições relacionados ao controle de armas e desarmamento, a partir dos diálogos e colaborações realizadas dentro do Grupo Técnico. Importante notar que não necessariamente os representantes no GT foram os que *realizaram* as mudanças, mas sim *encaminharam* a questão internamente. Sob esse ponto de vista, os representantes no GT muitas vezes cumpriram papel de estabelecer pontes entre instituições.

*“Nesse caso específico da campanha do desarmamento, tinha uma pessoa designada da polícia militar para ser interlocutora, para fazer essa ponte; então a gente encaminhava essas questões pra ele, assim como o pessoal de cada instituição que estava ali representada. Então com certeza isso foi um fator que colaborou” (Maria Isabel Soares, coordenadora do CIC).*

Todos os entrevistados disseram levar informações do GT para suas instituições, seja através de mecanismos mais formais, como repassar atas a outros colegas, relatos a superiores, ou por meio informais, dialogando com colegas de trabalho sobre as discussões e informações trazidas no grupo:

*“Eu estou em contato com o pessoal na reunião e eles passam isso, que não há previsão de anistia. O governo não tem mais interesse em anistiar as armas que estão irregulares, com registros estaduais. Eu passo isso para eles [policiais e cidadãos] também. É um instrumento de convencimento para entrega das armas não regularizadas. O prazo foi até grande – de 204 a 2009. O Estado não tem culpa se eles não regularizaram” (Adalberto Florentino, DPCRD/Polícia Civil).*

De qualquer modo, os principais indicadores de trânsito de informações são as ações efetivamente realizadas dentro das instituições para que pudessem ser implantados ou modificados processos dentro das mesmas e em relação a outras. Trazemos abaixo uma listagem das mudanças em procedimentos e protocolos, a emergência de novas iniciativas e a produção de novos dados que se deram a partir do GT. Quando pertinente, as falas que ilustram os casos são trazidas literalmente.

#### **Adaptação de procedimentos e protocolos:**

O contato entre as instituições participantes e a partilha de problemas e possíveis soluções ocasionaram mudanças práticas em procedimentos e protocolos das instituições envolvidas no controle de armas e desarmamento, que destacamos aqui:

- Desenvolvimento de novo protocolo para entrega de munição para destruição pelo Exército. O protocolo original prevê a entrega de munição em embalagens de 50 em 50, separadas por calibre. Por conta do trabalho necessário para realizar essa organização, a Polícia Federal tinha 4 toneladas de munição armazenadas. A negociação foi feita no sentido do Exército poder receber a munição por peso:

*“Da nossa parte ajudou muito na parte de know-how para acertar certas rebarbas que ficam para que o trabalho seja sempre o mais eficiente possível. Como exemplo prático,*

*principalmente na entrega de munição, que o Exército era completamente... não intransigente, mas eles têm uma padronização dentro do militarismo que ... 'então a gente só recebe de 50 em 50, separado em colméias, identificados pelo calibre, número, no ofício tal'. Eles perceberam que não é esse o formato da entrada aqui. A munição entrou muito, principalmente no começo da campanha em 2004, ela entrou sem entrada, porque o início da campanha de desarmamento só previa a entrega de armas, e não de munição. Nenhum político pensou que a munição vem junto com a arma. Então a gente acumulou aqui quase 4 toneladas de munição. Tinha risco de explosão, insalubridade"... "A gente participava das reuniões, o Exército demorou para participar. Aí veio o Coronel Nóbrega e ele percebeu que o espaço era muito mais dinâmico, e fizemos contatos. Aí nossas delegadas foram no Exército, apresentar o trabalho. O exército veio aqui, viram as dificuldades"... "Eles foram no cofre e viram 'pôxa, é penoso. Esse serviço nunca vai acabar'. Aí a gente conseguiu desenvolver um protocolo, que eu acho que até possa melhorar para outros órgãos que têm outras formas de entregar, como é a perícia da PC"... "Primeiro conversamos sobre isso no grupo, depois estabelecemos os contatos, apresenta... vai na salinha, apresenta essa parte das munições. Eles agora... Vamos ter uma reunião". (Sidnei de Lorenzi Cancellier, representante da PF).*

- Interrupção do cadastro de conta poupança para recebimento da indenização. Apesar da Lei dar essa opção, o sistema não permite e havia problemas no momento em que o pagamento ia ser feito. Em diálogo entre a PF e a PC isso foi identificado e o procedimento (de cadastro de conta poupança) interrompido, até que ocorram novas melhorias no sistema.
- Padronização de documentos para entrega de armas entre PF e Exército.
- Desenvolvimento de um formulário, pela GCM, para entrega da arma quanto o sistema cai. Nesse caso, a pessoa pode deixar a arma, para não ter que se arriscar de voltar com ela, e depois retorna para fazer o cadastramento no sistema, como deve ser:

*"Porque o sistema ele é nacional e se acontece aqui, acontece lá no Amapá. Então a gente, e agora o que a gente faz? A gente bolou um formulário padrão, você vai deixar sua arma aqui, você não vai poder levar sua arma embora porque você através do ministério da justiça imprimiu uma guia de trânsito que vai te possibilitar pegar a arma que está na sua casa e trazer até onde você vai entregar. Mas só que chegou lá e o sistema não entrou, eu não consigo pesquisar a arma e nem gerar [o documento], então assina aqui. Estou recebendo a sua arma e assim que tiver o sistema você liga para cá para você vir de novo e pegar"... "Mas temos um formulário padrão, mas é assim, é um padrão nosso. Nós pedimos para fazer um nacional, mas eles não fizeram até agora, seria o ideal" (Inspetor Dorival Perbone Júnior, representante da GCM).*

- Uso e cadastramento de senhas para entrada de informações no Sistema Desarma pela GCM, que deu mais autonomia para a GCM poder administrar usuários nas inspetorias que recebem armas da campanha de desarmamento.
- Participação da PM na campanha dos CICs, criando um "modelo" para a participação da instituição nas campanhas:

*"A PM trouxe representantes da região para a reunião"... "Hoje em dia todos os quartéis têm policiais cadastrados no DESARMA para atuar diretamente na campanha"... "O grande ganho foi mais a participação da PM na campanha, porque antes não tinha. Dependia de um documento solicitando a polícia, alguma coisa assim. Nas reuniões técnicas a gente conseguiu mostrar que para a polícia conseguir cadastrar um batalhão existia uma burocracia, que eu lembro que até no começo das reuniões eu tinha um batalhão que estava se cadastrando. Levei um modelo de ofício. Então hoje em dia, essa burocracia que*

*existia, ela deixou de lado. E hoje temos todos os quartéis. Isso foi apresentado em pauta” (Capitão Cleodato Moisés do Nascimento, representante da PM).*

- Registro na PF das armas de uso próprio de calibre restrito de policias. Essa adaptação mostra uma mudança que agiliza um procedimento relacionado ao controle de armas, mas no sentido do maior armamento de policiais:

*“O caso dos armamentos de calibre restrito. O Exército autorizou que policiais civis, federais, policias militares adquirissem para uso próprio um armamento de calibre restrito, calibre 40, que é o padrão da Polícia. Havia o seguinte problema. O calibre restrito onde é registrado? No SIGMA do Exército Brasileiro, mas a lei diz... Mas conversando com eles conseguimos criar uma rotina para que os registros pudessem ser feitos na Polícia Federal... Então, ontem mandei nove processos. Ele [Sidnei] passou para mim os documentos necessários. Antes mandava pra lá e voltava. ‘Tem que ser no Exército’. Ninguém sabia de fato. Devido a esse contato que foi possível um entendimento de que a arma tem que ser registrada na Polícia Federal, porque o policial vai portar essa arma e as armas do SIGMA não podem ser portáveis” (Adalberto Florentino, DPCRD/Polícia Civil).*

O texto do Exército no livro que foi publicado, sobre a iniciativa traz uma síntese de procedimentos que foram agilizados, consolidados, esclarecidos a partir do GT:

*“O trabalho do Comitê serviu para aperfeiçoar e uniformizar procedimentos, refletindo no aumento da velocidade das atividades de recebimento e destruição do armamento apresentado à Unidade do EB responsável por esses processos, além de aumentar o controle das armas destruídas”. “Em relação à dinâmica de destruição de armas, que requer uma organização prévia das armas encaminhadas, consolidaram-se através dos trabalhos do Comitê os benefícios operacionais relativos às condicionantes para recebimento, que abrange facilitar a descarga no local de recebimento (22DSup); filmagem de todo processo de destruição; entendimento das quantidades e forma de acondicionamento das armas curtas para recebimento; facilidade de identificação e modo de recebimento das armas; compreensão da organização dos lotes de 20 armas (curtas) e 10 armas (longas) para conferência. O detalhamento da execução do processo de destruição, bem como sua divulgação contribuiu para a diminuição de armas rejeitadas ou ocorrência de incongruências relativas ao processo” (Depoimento do Exército Brasileiro no livro sobre a iniciativa do Plano de Controle de Armas do Município de São Paulo, no prelo)*

### **Novas iniciativas:**

Nesta seção destacamos novas iniciativas realizadas a partir das colaborações estabelecidas no GT. Novas iniciativas são aquelas que não representam mudanças ou adequações em processos já existentes, mas sim novas ações:

- Formação de um grupo de trabalho entre Polícia Federal e Exército para discussão da questão de armas históricas. O grupo visa separar as que realmente possuem valor histórico e encaminhar para destruição aquelas que não têm:

*“Vamos aproveitar para resolver outros problemas [da aproximação com o Exército]. Da parte de munição e de armas históricas. Eles viram essa parte que tem armas que têm interesse histórico e agora estamos montando uma comissão, do Exército e da Polícia Federal em conjunto, para estabelecer quais têm são históricas e quais não e podem ser enviadas para destruição. Isso também foi um dos detalhes resolvidos” (Sidnei de Lorenzi Cancellier, representante da PF).*

- Encaminhamento na elaboração de um vídeo a ser feito pelo Núcleo de Balística da Polícia Técnico-Científica (PTC), mostrando diferentes tipos de armas, para identificação correta por parte de agentes que recebem armas na campanha de desarmamento.
- Negociações e acordo entre a Secretaria de Segurança Pública e o TJ para viabilizar o envio para destruição de armas armazenadas nos Fóruns. Os Fóruns do Judiciário armazenadas grandes quantidades de armas relacionadas a processos. Após a edição de Resoluções em Nível Federal e Estadual e de uma negociação com o Judiciário, boa parte delas pôde ser enviada para destruição e as que não poderiam ser destruídas, passarão a ser armazenadas nos Batalhões da Polícia Militar, onde há condições mais seguras:

*“Avançou a questão das armas em fórum, avançou muito, e avançou porque houve no CNJ, junto ao Ministério da Justiça, houve uma normativa; ao mesmo tempo aqui em São Paulo a Secretaria de Segurança Pública ela também entrou em acordo com o TJ, pra que essas armas tivessem encaminhamento; houve esse movimento pra retirada das armas” (Marisa Pulice Mascarenhas, representante do Ministério da Justiça).*

- Oferta para compra de uma máquina para destruição de armas para o Exército, pela Prefeitura de São Paulo, que no final cumpriu o papel de mobilização: quando o pedido de autorização para o aceite da contribuição da Prefeitura de São Paulo foi realizado, o próprio Exército decidiu fazer a compra da máquina (ver citação na seção sobre novo significado do papel do município no controle de armas e desarmamento).
- Orientação dos denunciadores, em determinados atendimentos do Disque Denúncia (realizado pelo ISPCV), aos canais de orientação da Campanha de Desarmamento:

*“Os atendentes do serviço também foram capacitados para receber de modo mais apropriado denúncias sobre armas de fogo, além de adquirirem conhecimentos sobre a campanha do desarmamento e assim poderem orientar/ encaminhar para o número correto da campanha as pessoas que buscam o serviço” (Patricia Nogueira, ISPCV).*

### **Novos dados**

Além de novos procedimentos e iniciativas, a troca de informações no GT possibilitou o mapeamento e a elaboração de novos dados relacionados ao tema do controle de armas e desarmamento, o que pode contribuir para a construção de conhecimento e a melhora da gestão das ações no futuro:

- Elaboração de uma planilha mensal com o número de armas recebidas por cada inspetoria da GCM:

*“Outra coisa que era muito complicada era a divulgação dos números mensais. Nossa, era uma bagunça. Nós já tínhamos o nosso [?], mas ele não era utilizado. Eu estipulei uma rotina, o que eu faço, os grandes comandos recolhem toda segunda-feira os números de todas as inspetorias dos números das armas recebidas na semana. Então, por exemplo, do leste, segunda-feira até as 15 horas, da Penha, de São Miguel, do Itaim, do Aricanduva, a Penha não recebeu nada essa semana, São Miguel recebeu duas, e na terça-feira eles enviam esse número. E na mudança do mês eu atualizo nossa intranet. Depois avisa a superintendência de operações e na mudança do mês eu atualizo a intranet interna e divulgo para os parceiros” (Inspetor Dorival Perbone Júnior, representante da GCM).*

- Elaboração de um estudo inicial sobre o perfil das pessoas que vão entregar as armas na campanha, pela GCM, a partir das guias de trânsito emitidas para levar a arma até o posto de entrega. Este é um dado sobre o qual não se tem conhecimento no país.  
*...“eu fiz uma estatística de perfil também de recebimento, mandei para o Sou da Paz, não tão caprichada quanto eu queria porque eu dependia de outras pessoas, mas de saber que muitas pessoas entregam, mulher mais do que o homem né, então morre o marido e a mulher não sabe o que fazer com a arma, vai lá e entrega”* (Inspetor Dorival Perbone Júnior, representante da GCM).
- Elaboração de análises preliminares sobre a relação entre armas entregues por região (a partir de dados da GCM) e mortes por motivos banais (brigas, etc) pela CAP/SSP. Uma tentativa de cruzamento desses dados já foi realizada, mas a série histórica ainda não é extensa o suficiente para permitir significância estatística para as conclusões.
- Apresentação dos dados de pesquisas feitas pelo Sou da Paz ao Grupo, como perfil das armas apreendidas em São Paulo, que é derivada da Pesquisa de Prisões em flagrante. ([http://www.soudapaz.org/Portals/0/Downloads/Resumo\\_Pesquisa%20Presos%20Flagrante%20Capital\\_TER%2012%20JUNHO%202012.pdf](http://www.soudapaz.org/Portals/0/Downloads/Resumo_Pesquisa%20Presos%20Flagrante%20Capital_TER%2012%20JUNHO%202012.pdf))
- Levantamento de informações mais elaboradas relacionadas a armas de fogo a partir do Disque Denúncia 181, identificando número e características de armas e munições apreendidas por meio das denúncias.
- Estudo sobre a correlação entre armas apreendidas e o número de homicídios na Grande São Paulo, elaborado pela Coordenadoria de Análise e Planejamento (CAP) da Secretaria de Segurança Pública.

#### **e) Novos significados para o papel do município no controle de armas e no desarmamento**

O GT possibilitou o envolvimento mais próximo dos órgãos municipais (Secretaria de Segurança Urbana, GCM) com a questão do controle de armas e o desarmamento. Como diz o Secretário Edsom Ortega, no início poderia haver estranhamento sobre a articulação provocada em âmbito municipal para esses temas, já que são os órgãos dos âmbitos federal e Estaduais que possuem obrigações explicitadas em Lei.

*...“mas havia uma certa resistência lá no início de falar no tema controle de armas. Porque era mais ou menos assim, ‘o que esse pessoal da Prefeitura tem a ver com isso? A competência minha, eu cuido, não posso abrir informação’... Mas com o trabalho na campanha do desarmamento nós conquistamos a confiança, tanto do Exército quanto da Polícia Federal e da Polícia Civil, sobretudo, e do próprio DIPO, do judiciário, porque viram que teve muitos bons resultados, quer seja no recolhimento, quer seja na agilização na solução de problemas graves que tinham para destruir armas e munições recolhidas”.* (Edsom Ortega, Secretario Municipal de Segurança Urbana).

Porém, foi a possibilidade de articular um grupo orientado à solução de problemas “na ponta”, vividos especialmente por quem está na prática em âmbito local, que o GT ganhou sentido e funcionou como ponte entre problemas e soluções. As aprendizagens geradas para âmbito local puderam, inclusive, ser repassadas para os outros âmbitos:

*“Então viu que era uma parceria sincera, não era uma parceria para identificar mazelas ou dificuldades da administração pública e sair criticando, mas sim um trabalho de apoio mútuo, de ajuda na linha de resolver”* (Edsom Ortega, Secretario Municipal de Segurança Urbana).

*“Dá um padrão de trabalho... Não só o âmbito municipal, mas como acaba criando um padrão, pode orientar da mesma maneira para as outras unidades do Estado, até para facilitar nosso trabalho aqui. As armas têm que vir aqui de qualquer forma – as armas arrecadadas pela Policial Civil. Então soluções que a gente cria em São Paulo podem ser levadas para outros” (Adalberto Florentino, DPCRD/Polícia Civil).*

O envolvimento da Prefeitura fortaleceu o grupo, na medida em que direcionou o convite “oficial” aos participantes, disponibilizou sempre um representante (muitas vezes o próprio secretário), espaço e estrutura, além de legitimidade. Alguns fatos, por sua vez, facilitaram a adesão da Secretaria à proposta: a vinculação do GT como um grupo de trabalho focado num tema específico dentro do âmbito do GGIM (assim como um grupo de trabalho constituído para trabalhar com o tema da pirataria, águas e crack) e o forte apoio do Secretário à causa do desarmamento.

Falas do secretário evidenciam essa adesão e reforçam a hipótese de que ter um gestor público de alto escalão apoiando a iniciativa, aderido de fato, a fortalece muito e faz com que as ações do Plano estejam contextualizadas dentro de uma política mais ampla:

*“Sou um ativista de paz. Na guarda civil fiz um trabalho no sentido de reduzir a letalidade da guarda. Uma das ações que fizemos foi revisar as armas cauteladas por parte dos guardas. Antes quase todos os guardas levavam armas para a casa. Muitos sem motivo. O motivo que a gente ouvia era ‘dá muito trabalho recolher a arma no final do trabalho, deixe a arma com ele’. Verificamos, temos muitas denúncias de familiares, denúncias anônimas de intimidação e tinham muitos registros de incidentes fora do horário de trabalho com arma de fogo. Era assim ¾ dos incidentes com arma de fogo eram fora do horário de trabalho. Só ¼ no horário de trabalho” (Edsom Ortega, Secretário Municipal de Segurança Urbana).*

*“Nós, o tempo que fui secretário, não mais autorizamos a guarda expedir porte particular de arma de fogo”... “Nós decidimos, não vamos exercer essa prerrogativa de expedir porte de arma particular. Quem quiser exercer esse direito com a lei estabelece e procura a polícia federal. Os guardas preferiam que a guarda desse para eles, porque a polícia federal é muito criteriosa. Eles falam “já pedimos para a polícia federal e não deram”. Pois é, se a polícia não deu é porque ela pode ter motivo para não dar. Aí eles queriam que a guarda desse. Esse é o ponto que a nova administração vai decidir se vai passar ou não a liberar arma de fogo. Imagina, temos 6.300 guardas, que tenha 4000 pelo menos que podem usar arma de fogo, 4000 armas de fogo nas ruas”... “ Tem uma turma que adora arma, se pudessem usariam 2 armas” (Edsom Ortega, Secretário Municipal de Segurança Urbana).*

A Prefeitura de São Paulo também se envolveu de formas inovadoras na questão do controle de armas a partir do contato mais próximo com o Exército possibilitado pelo GT. No exemplo, o Secretário relata o envolvimento da Prefeitura para contribuir com o aumento da capacidade do Exército em destruir armas, a partir de diálogos estabelecidos com usina siderúrgica e na intenção de compra de maquinário para o Exército para destruição de armas, que contribuiu a provocar a compra pelo próprio Exército:

*“Teve um caso, o Exército não tinha como destruir as armas, só dependia das usinas, as siderúrgicas privadas que faziam uma concessão, porque não tinha como pagar, aí não dependia da boa vontade das usinas. Fizemos 2 trabalhos nessa matéria, de um lado falando com a Votorantim e aí mostramos para a Votorantim, convidando a Votorantim a fazer parte desse movimento em favor da vida. Quem é que há de ser contra? Não estava pedindo ‘me dá aí mais horas’, não, ‘participe do projeto’, aí depois nem chegou a colocar o logo deles especificamente, mas a direção percebeu... foram sensibilizados e tal. De outro lado, a prefeitura de São Paulo resolveu comprar uma máquina para destruir armas pra o*

*exército, porque o exército não conseguia orçamento pra isso"... "O exército desejava ter uma máquina, mas não conseguia pelo orçamento. Falei com o prefeito 'vamos fazer a licitação e vamos comprar essa máquina pra o exército'. O comando do exército foi pedir a autorização para o Ministro da Defesa para que o município pudesse fazer a licitação. O ministro ficou sabendo que a prefeitura ia comprar arma para o exército e autorizou o exército para comprar, viabilizou o orçamento para o exército. (Edsom Ortega, Secretario Municipal de Segurança Urbana).*

A atribuição do como espaço de articulação que, em conjunto com uma equipe do Ministério da Justiça, é responsável pela implementação das ações do PRONASCI nos municípios criou ambiente favorável para o nascimento de uma iniciativa relacionada especificamente ao controle de armas e ao desarmamento em nível municipal:

*"Quando o GGIM surge, ele surge como um grupo, a ideia de ter um representante de cada órgão, seja ele do Governo Federal, do Estadual ou do Municipal, que possam atuar diretamente ou indiretamente na prevenção e na repressão do crime"... "Segundo eu soube até pelo Sou da Paz, [...] eles já tinham esse projeto do plano já conversado, então foi uma aproximação do Plano ao GGIM; e aí surge esse Grupo como um Grupo focal pra pensar a questão do desarmamento no âmbito do GGIM, do controle de armas"... "A gente recebeu um convite do próprio secretario Ortega, pra participar desse Grupo, e aí nesse convite, já essa indicação de que era um Grupo que estaria vinculado ao GGIM" (Marisa Pulice Mascarenhas – Ministério da Justiça)*

Ainda em relação ao envolvimento do âmbito municipal, diversos entrevistados reconhecem mudanças especialmente significativas nas ações realizadas pela Guarda Civil Metropolitana, como seu envolvimento mais ativo no recolhimento de armas.

*"Eu acho que [o plano conseguiu orientar ações na prática] principalmente para GCM. A GCM era totalmente primária nessa parte e eles conseguiram junto com o grupo, junto com os interesses que se voltavam para a GCM eles conseguiram capilarizar muito mais uma rede de entrega, poder participar da campanha e eles gostaram dessa atribuição. Viram que é difícil, é terrível, mas eu acho que gostaram" (Sidnei de Lorenzi Cancellier, representante da PF).*

#### **f) Limites do GT**

Apesar das enormes conquistas, alguns entrevistados citam limites na atuação do GT, como ter avançado mais nas ações de desarmamento do que no controle de armas e limitações na sua capacidade de atuação por conta de que os representantes presentes nem sempre têm autonomia de tomada de decisão para encaminhar e solucionar questões sozinhos. Os limites não reduzem em nada o potencial e as realizações do GT, apenas as apontamos aqui como apontamento de futuros caminhos para aperfeiçoar o funcionamento dele e para possíveis reflexões.

O primeiro limite está relacionado ao avanço maior no trabalho com desarmamento do que no controle de armas. Alguns entrevistados relatam que trabalhar com desarmamento, especialmente com as campanhas, produziu mais alinhamento para avançar na solução de entraves, enquanto que o controle de armas exigiria mudanças e acordos entre as instituições mais difíceis de fazer. Além disso, o tema do controle de armas é menos conhecido entre os participantes.

*"Quando a gente começou a fazer parte do Grupo a gente começou também a entender melhor quais são essas leis que estão envolvidas, tanto o Estatuto do Desarmamento*

*quanto de controle de armas, o controle desses materiais restritos”... “Então acho que a gente foi refinando um pouco a cadeia do controle, que não era um assunto que a gente tinha diretamente; e que eu acho que avançou muito pouco também, se a gente for pensar. É um assunto que tá em pauta desde a primeira reunião que eu lembre, desde o início. (Marisa Pulice Mascarenhas, representante do Ministério da Justiça).*

Os limites impostos pela representação parecem esperados, dado que trata-se de um grupo formado por representantes de órgãos públicos que possuem normas e controles rígidos para atuação individual.

*“Na verdade a dinâmica de troca de informações já é bem rápida e eficiente só que a limitação do órgão que participa também é o quanto a legislação permite participar. Não adianta eu querer ir lá e fazer alguma coisa por livre vontade do órgão, porque não tenho essa capacidade de representação, eu não posso ir simplesmente lá e fazer alguma coisa na Polícia Civil”... “Falar em nome, exigir, trazer dinheiro, essas coisas todas da lei, eu não posso. A gente define as coisas que são importantes, a gente consegue resolver os problemas que a gente consegue identificar, há uma dinâmica maior para resolver os problemas, só que a gente tem que cumprir a lei e as ordens do departamento, cada órgão tem a sua para cumprir” (Sidnei de Lorenzi Cancellier, representante da PF)*

Finalmente, foi apontado um tema trabalhado dentro do GT, mas que não teve prosseguimento, a aproximação com as Delegacias de Mulheres. Aparentemente, era um caminho que vinha sendo discutido, que tem potencial, mas que acabou sendo sobrepassado pela agenda da construção de um livro para registro da experiência.

*“Eu acho que uma questão que até a Dra Denise (do DECAP) mencionou recentemente que não andou, das DDMs, uma aproximação com as delegacias da mulher”... “Havia então já no final do ano essa questão de focar na mulher, a mulher como uma possibilidade de sensibilização importante, ou porque o filho ou o marido, ou porque ela é vítima também. Então isso não foi pra frente no nosso Grupo. Imagino também porque não tenha ido pra frente lá em Brasília”... “Eu acho que essa questão era uma questão que reverberava, uma discussão que tava em Brasília e que aqui esse ano não vingou. Não vingou por que? Por várias questões: porque houve a mudança de coordenação, a Alice saiu, entrou o Bruno. Acho que houve também um certo descompasso, houve esse ano um interesse em registrar a experiência, então isso entrou bem na pauta. Que é importante também, registrar, mas que não aparecia tanto ano passado” (Marisa Pulice Mascarenhas – Ministério da Justiça)*

## **2) Lições aprendidas a partir da experiência do Grupo de Sensibilização**

A avaliação teve acesso muito restrito a informantes que participaram desse grupo, portanto as informações são limitadas.

O grupo de sensibilização (GS) foi compreendido como um grupo que funcionou conforme demanda de campanhas específicas. Nesse sentido, não fazia sentido ele ser um grupo constante. Os participantes e a adesão variaram conforme as demandas pontuais de mobilização, como por exemplo, CICs e Campanhas das Religiões. Nesse sentido, percebe-se também uma confusão quanto ao que o GS realmente era. Era um grupos específico que nascia de decisões do GT? Era um grupo para organizar uma ação e pronto? Era uma ação de mobilização do Instituto Sou da Paz? Quem era realmente promotor das ações de mobilização?

*“Eu acho que teve uma concentração maior o ano passado [Grupo de Sensibilização]. Eu acho que teve o lançamento da campanha em abril, depois a campanha infantil, depois a*

*campanha na região do MBoi que envolveu o CIC e outros postos, não foi uma campanha exclusiva do CIC como foi esse ano. Esse ano foi uma campanha do Grupo Técnico, então se reuniu daí Justiça, Polícia Militar, Sou da Paz e a Defensoria também entrou. Então foi um pedaço do grupo que daí fez uma ação pontual: tipo assim, vamos fazer nossa lição de casa, o que a gente pode fazer pra contribuir pro plano". (Maria Isabel Soares, coordenadora do CIC)*

*"Eu não lembro muito, que era grupo, não era comitê nesse tempo, né? Era um grupo praticamente, mas não era um comitê organizado. Então eu não lembro sinceramente muito dessa organização, eu lembro mais do movimento do Sou da Paz. Já nos CICs tem o envolvimento do grupo. Eu participei capacitando o pessoal nas dúvidas, por telefone passei para o Bruno, o Bruno passou para a Maria Isabel e para o Henrique, tal. Mas eu não consigo lembrar em termos de grupo, eu acho que mais foi guarda civil e Sou da Paz nesse caso das igrejas reunidas" (Inspetor Dorival Perbone Júnior, representante da GCM).*

Para o representante da GCM a campanha com as igrejas poderia ter sido repetida, aproveitando o conhecimento adquirido na primeira experiência. A variação de iniciativas não foi bem compreendida e pode ter dificultado a continuidade do grupo.

*"Olha, quer ver uma coisa, a gente começar algumas coisas de boca que nós fizemos que fosse tornados como culturalmente aceitos, por exemplo, essa missão com a religião, nossa, eu não via a hora de chegar outubro para a gente fazer de novo e não foi feito. Não sei. Fizeram com o CICs. Eu acho que é tipo assim, nós fizemos em 2011, todo ano teria que ter. O tanto que eu penei no ano passado, hoje eu posso ensinar. Então eu tinha várias outras idéias, eu acho que todo ano teria que ter. A coisa ficou meio vinculada ao Sou da Paz que foi a grande articuladora junto à arquidiocese" (Inspetor Dorival Perbone Júnior, representante da GCM).*

Uma aprendizagem sobre as iniciativas de sensibilização, apontada pelo representante da GCM, foi o preparo das pessoas que participariam da campanha para resolver dúvidas e responder perguntas sobre o processo de entrega de armas, que também é citado no caso da campanha nos CICs, em que policiais também foram reunidos para serem informados de todo o processo nos bairros onde a campanha ocorreria.

No exemplo abaixo, o representante da GCM relata o preparo das pessoas das Igrejas para a Campanha Religiões Unidas pelo Desarmamento:

*"Um dia fui ali na Higienópolis onde fica o cardeal, a arquidiocese, e a dinâmica, eu vou elogiar de novo a Alice, ela fez uma dinâmica de umas possíveis perguntas e distribuiu, então você lê a sua pergunta, 'porque eu tenho que entregar a minha arma sendo que quem vai me defender?', o que você responde para preparar as pessoas para poder responder ao cidadão que vai entregar a arma. E depois no outro dia foi no Belém daquele padre, acho que foi eu e a Erica que fizemos uma roda né e batemos papo. Foi muito legal" (Inspetor Dorival Perbone Júnior, representante da GCM).*

### **3) O papel desempenhado pelo ISDP e pela Secretaria de Segurança Urbana**

O papel desempenhado pelo ISDP é percebido ao mesmo tempo como operacional e estratégico. Operacional no que se refere ao convite, organização da pauta e escrita da Ata. Estratégico por esses motivos e por ter legitimidade diante dos atores para convocá-los para as reuniões e para coordenar o diálogo em torno do tema no qual é reconhecido como portador de profundo conhecimento técnico.

O papel mais “operacional” foi compreendido de forma mais ampla, como de secretaria executiva do grupo. O fato de haver uma pauta pré-definida, o registro das atas, etc., deu ritmo e continuidade às reuniões.

*“O ano passado quando teve a avaliação, e agora eu faço questão de falar novamente, eu acho que o Grupo ele funcionou em grande parte a ter uma pauta bem definida, os encaminhamentos e as responsabilidades de cada órgão, o que cada órgão ficou de fazer; então eu acho isso fundamental pra gente ter um trabalho que tenha início, meio e fim. A gente ia, a gente ia com uma missão na reunião [...]. Esse é um mérito do Grupo”* (Marisa Pulice Mascarenhas, representante do Ministério da Justiça)

*“Porque se você está cutucando direto com o convite não tem como esquecer. O pior é que eles mandam um convite para mim, para o meu secretário, manda para o papa João Paulo II, entendeu? Alguém vai receber, ‘perai, quem vai?’, ‘Quem tem que ir?’, ‘Recebeu?’, ‘Recebi, claro’. É executivo né. A parte executiva”* (Inspetor Dorival Perbone Júnior, representante da GCM).

A legitimidade está vinculada ao histórico do Instituto de atuação com o tema, o conhecimento técnico, o acompanhamento que faz de processos em diferentes níveis relacionados ao tema e o trânsito com os diferentes atores envolvidos. O fato de ser uma organização da sociedade civil para todos os entrevistados fortaleceu a legitimidade do Instituto em ocupar esse lugar, pois traz a demanda como uma necessidade social e não de um governo.

*“O Sou da Paz eu acho que ele tá por dentro do que tá sendo discutido em âmbito federal; enriquecia muito as reuniões ‘olha, tal projeto de lei, pode afetar aqui, pode afetar ali’. Quando teve aquela ação das armas que tinha valor histórico, sempre nos posicionavam; eu tava sendo atualizada pelo que o Sou da Paz trazia pra gente. Então essa expertise sobre o assunto eu acho fundamental pra estabelecer, pra ter essa coordenação, tem que ser alguém que entenda do riscado”... “A intersetorialidade, ela só funciona se a gente tá em torno de um tema, mas cada um tem seu olhar, se eu não enxergo como eu contribuo com o outro e com o tema, não acontece”... “Tem que ter essa visão ampla, a visão ampla do assunto e das instituições; isso o Sou da Paz tem, ele reúne isso, porque ele sabe quem é a rede”* (Marisa Pulice Mascarenhas – Ministério da Justiça)

*“Querida dizer que foi muito importante o Sou da Paz nesse trabalho todo porque o poder público tem um volume muito grande de demandas, muito grande. O poder público vai levar tempo ainda no Brasil, para que as nossas políticas públicas e nossa estrutura de gestão estejam compatíveis com o que a população precisa. Tem algumas políticas públicas ou alguns programas como esse, por exemplo, que é fundamental ter organizações da sociedade juntos para animar, estimular, apoiar o poder público e eu diria que o Sou da Paz exerceu essa tarefa de forma exemplar, porque em momento algum deixou de estar presente ou deixou de ligar, mandar e-mail, promulgar as reuniões. Temos exemplos com outras organizações que a pessoa dizia “ele não respondeu meu telefone então não ligo mais”, por quê? O Sou da Paz soube compreender as dificuldades do poder público nas dezenas de demandas e tal e soube com habilidade manter o poder público e os parceiros, induzir a estarem todos juntos e manter essas campanhas, essas ações sem paralisar”.* (Edsom Ortega, Secretário Municipal de Segurança Urbana).

Além da questão da legitimidade, os entrevistados relatam que todas as instituições envolvidas carregam a questão do desarmamento e do controle de armas como uma entre muitas questões e o ISDP tem nessas questões seu recorte principal, sua missão. De modo geral, portanto, os entrevistados percebem o papel desempenhado pelo ISDP como fundamental e muitos não enxergam muita possibilidade de manutenção sem a mobilização e organização

realizadas pelo Instituto. Nesse sentido, a dependência do GT com relação ao Instituto não está relacionada a alguma “imaturidade” no funcionamento do grupo, mas a uma relação intrínseca da natureza do GT e da missão do ISDP.

*“[O conhecimento técnico do ISDP] É importante que tenha, por exemplo, conhecimento, eu acredito que você tem que conhecer, por exemplo, quais são as conseqüências de você ter uma arma, qual o diferencial de você bater o carro, o cara te xingar e você ter uma arma ao lado, o que eu tenho, por exemplo, argumentos práticos, argumentos reais. Eu tenho estatísticas que aconteceu em locais que diminuiu o número de armas ou aumentou, por exemplo, violência através de arma branca, o cara foi esfaqueado e tudo bem, está lá, operou, mas não morreu porque o cara não tinha arma. Não vou falar para você que a violência vai acabar, não vai acabar obviamente, mas arma de fogo faz diferença. Eu acho que essa pessoa tem que ter conhecimento técnico para saber, olha, onde estão esses números, na polícia civil, no Ministério da Justiça, realmente eu tenho argumentos para embasar isso que estou falando. Eu acredito no desarmamento porque acontece isso, isso, aquilo. Se a pessoa não souber argumentar, ela está perdida. E também acredito na força, também além das pessoas na força do nome Sou da Paz, abre muitas portas” (Inspetor Dorival Perbone Júnior, representante da GCM).*

*“É possível isso ter continuidade [sem a coordenação do ISDP]? É possível. Agora, depende, de repente pode assumir um secretário que tem um olhar menos atento para essa questão. Pode dizer que é importante, mas se perder com enormes volumes de demandas e não conseguir manter isso. Depende. Por isso é importante ter organizações como o Sou da Paz junto porque a habilidade do Sou da Paz é estar juntos não cobrando, mas sim apoiando, estimulando. Acho que é fundamental, diria que fará muita diferença se o Sou da Paz tiver no início dessa administração, sobretudo, presente para compartilhar os bons resultados que teve, uma visão da sociedade. Uma coisa é o ex-secretário ou o secretário da saúde dizer, outra coisa são organizações da sociedade como o Sou da Paz e outros, os CONSEGs, diferentes denominações religiosas dizerem da importância desse trabalho e que é possível continuar sem grandes custos para a administração. É um trabalho de articulação, usa estruturas já existentes” (Edson Ortega, Secretario Municipal de Segurança Urbana).*

Reforçando a importância de se ter um ator cujo tema central é o tema do GT, mas também evidenciando riscos da centralidade do ISDP, há participantes que acabam tendo a percepção de que o controle de armas e o desarmamento “são causas do ISDP” – e não questões sociais que ultrapassam o Instituto e as instituições que ali estão.

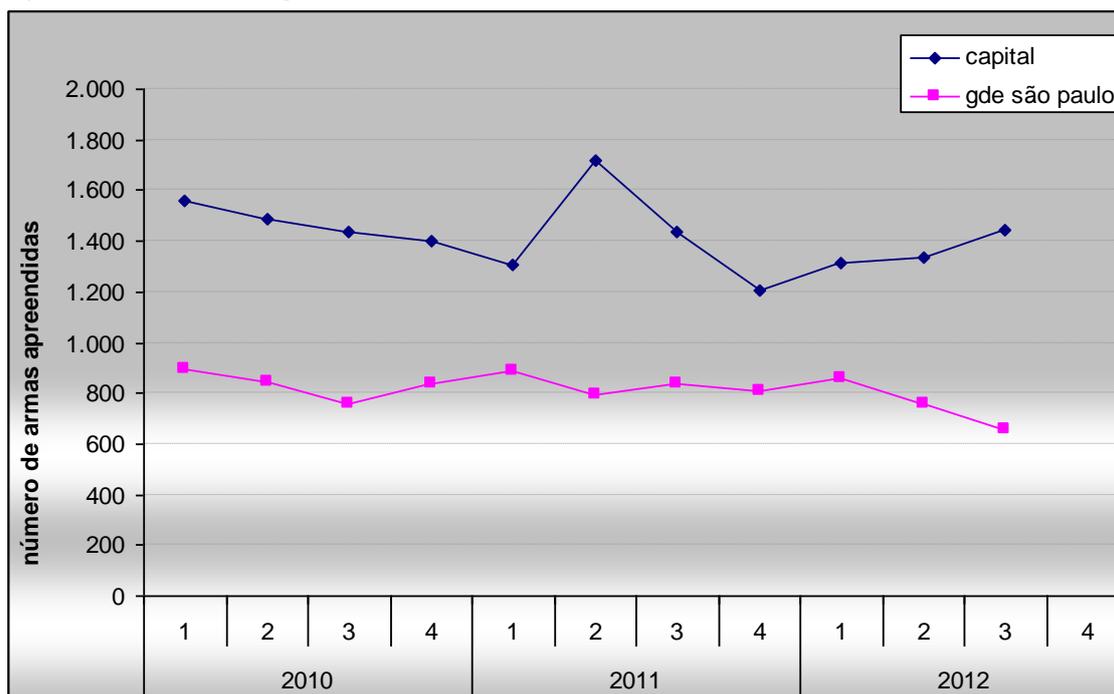
*“Eu acho que quem mais ganha com isso é o próprio Sou da Paz e o pessoal do CIC, eles fazem, eles não tinham acesso a dados que agora eles tem, porque eles não sabiam que eles podia pedir oficialmente na Polícia Civil dados sobre morte, BO. Então eles têm muito mais acesso que eles não tinham, eu acho. Então eles conseguem pesquisar em vários boletins de ocorrência em determinado período, quantos homicídios, quantos tinham armas, que cor era quem morreu, onde mora, eles conseguem absorver muito mais informação. Eu acho que eles se surpreenderam, tiveram uma proposta inicial e eles se surpreenderam com tudo o que foi crescendo daquilo ali, eu acho que eles são os mais interessados que isso continue. (Sidnei de Lorenzi Cancellier, representante da PF).*

Em relação à Secretaria de Segurança Urbana, sua participação tem se fortalecido no grupo, desde que o atual representante assumiu de forma mais consistente a coordenação e a liderança do grupo, junto com o ISDP. Como dito anteriormente, o apoio da Secretaria foi fundamental para que o GT se constituísse e ganhasse forças. Alguns entrevistados apontam que a Secretaria de Segurança Urbana poderia assumir o papel protagônico, mas isso dependerá sempre da adesão e do nível de priorização dado pela gestão municipal ao tema do desarmamento.

#### 4) Resultados no controle de armas no Município de São Paulo

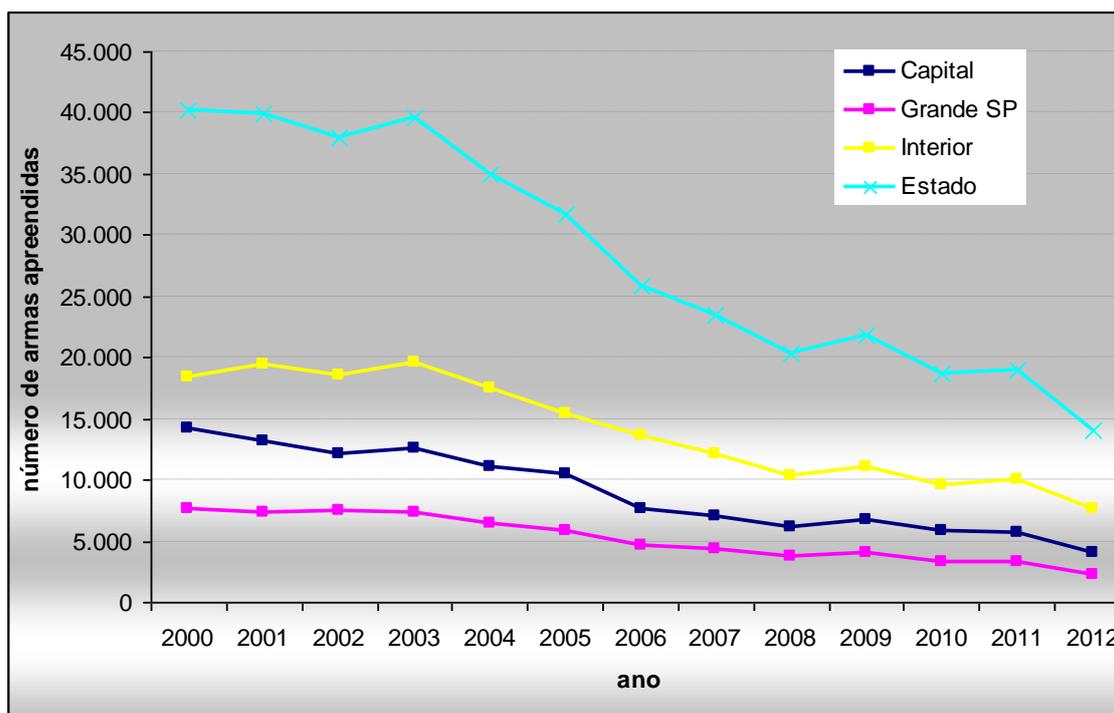
Os dados relacionados aos resultados no controle de armas e desarmamento apontam para mudanças especialmente na quantidade de armas recolhidas na campanha, por conta do engajamento do GT e do GS em ações pontuais nesse sentido (Campanhas e entrega para destruição das armas que estavam armazenadas no judiciário). Os dados sobre armas entregues e apreendidas parecem variar de forma mais sensível a acontecimentos do contexto. A seguir apresentamos as análises mais detalhadas de cada uma das informações que estavam disponíveis para esta avaliação, ressaltando que para podermos fazer análises mais seguras precisaríamos de séries históricas mais longas e mais tempo de funcionamento do próprio Plano. Além disso, vale à pena comentar que todos os entrevistados reconhecem a importância do Plano, do controle de armas e do desarmamento para a redução de homicídios e a melhora das condições de segurança no município e no país; mas quando questionados sobre o principal objetivo, a grande maioria sempre citou “a troca de informações”, revelando enxergarem os grupos como grandes oportunidades de melhora direta na gestão das ações.

O número de armas apreendidas não se alterou significativamente entre os anos de 2010 e 2012. Em 2012 houve um movimento de inversão na tendência de queda, que pode estar relacionada aos recentes conflitos entre as forças policiais do estado e facções criminosas na capital, como mostra o gráfico 2:



**Gráfico 2: número de armas apreendidas na capital e na grande São Paulo, nos anos de 2010 a 2012 (Fonte: SSP/SP)**

De forma geral, porém, a tendência tem sido de queda no número de armas apreendidas, tanto na capital, como no interior, na grande São Paulo e no Estado de forma geral:



**Gráfico 3: Número de armas apreendidas no Estado de São Paulo, Capital, grande São Paulo e interior**  
(Fonte: SSP/SP)

A tendência à queda no número de armas apreendidas pode estar relacionada a uma redução no esforço para apreensão de armas, ou na quantidade de armas em circulação.

Relacionado aos esforços, vemos um aumento no número de revistas pessoais realizadas pela Polícia Militar e Civil na capital, como mostra a tabela a seguir:

**Tabela 2: Número de revistas pessoais, armas apreendidas e revistas por arma no Município de São Paulo, entre 2005 e 2012**

Ano	Sem	Revistas Pessoais	Armas de fogo apreendidas	Revistas por arma
2005	1º	478.565	2.559	187,01
	2º	458.536	2.918	157,14
2006	1º	457.774	1.876	244,02
	2º	534.872	2.014	265,58
2007	1º	478.536	1.720	278,22
	2º	537.115	1.799	298,56
2008	1º	661.339	1.578	419,10
	2º	591.601	1.503	393,61
2009	1º	614.666	1.726	356,12
	2º	665.365	1.826	364,38
2010	1º	576.901	1.558	370,28
	2º	681.487	1.490	457,37
2011	1º	646.959	1.309	494,24
	2º	782.224	1.721	454,52
2012	1º	738.901	1.313	562,76
	2º	839.480	1.334	629,30

(Fonte: SSP/SP)

O número de revistas pessoais tem aumentado de forma consistente de 2005 a 2012, com um aumento de 68%, enquanto o número de armas de fogo apreendidas caiu em 48%. O

número médio de revistas para encontrar uma arma, por sua vez, aumentou mais de três vezes<sup>3</sup>: Em 2005, para encontrar uma arma, eram necessárias 187 revistas pessoais, enquanto em 2012, esse número aumentou para 629. Esses dados sugerem que a hipótese de menor esforço para apreensão de armas é pouco provável, ficando como hipótese mais provável a redução no número de armas em circulação. Por sua vez, a redução na quantidade de armas em circulação deve estar relacionada às campanhas de entrega de armas, aos novos critérios estabelecidos para aquisição de arma e à proibição do porte de armas civil.

Os dados relacionados às armas entregues fortalecem essa hipótese. O site “De olho no Estatuto<sup>4</sup>”, elaborado pela Rede Desarma Brasil apresenta alguns dados disponíveis sobre a entrega de armas<sup>5</sup>. A Campanha de Entrega Voluntária de Armas no Brasil, prevista no Estatuto do Desarmamento, recolheu, até dia 23 de outubro de 2005, **459.855** armas. O Estado de São Paulo liderou o ranking de armas entregues, em números absolutos, com **138.787**. Em outra campanha, entre 01/01/2008 a 28/02/2009 foram entregues mais **21.048** armas à Polícia Federal no país. Segundo o Ministério da Justiça<sup>6</sup>, em 7 meses de 2011, foram entregues mais **35 mil** armas, sendo **10 mil** no Estado de São Paulo. De modo geral, as campanhas, desde 2004, têm proporcionado o retiro de consistente de armas em circulação.

Os números disponíveis sobre a “entrada de armas”, disponibilizados pela PF, considerando os novos registros de armas, são mais baixos do que os números de armas entregues e apreendidas. Segundo os dados da PF, de 2004 a 2012 foram registradas 138.371 novas armas, das quais 9.661 no estado de São Paulo. De qualquer maneira, os registros de novas armas têm aumentado nos últimos anos, o que pode indicar a maior “oficialização” das armas no país; mas também levantam questões sobre a efetividade das ações de desarmamento na “redução da demanda” no Brasil:

**Tabela 3: Registros de armas concedidos pela PF, por segmento, entre 2004 e 2012**

<i>Ano</i>	<i>Pessoa física</i>	<i>Segurança Privada</i>	<i>Segurança Pública</i>	<i>Lojas de Arma</i>	<i>Órgão Público</i>	<i>Outros</i>	<i>Total</i>
<b>2004</b>	3.029	1.702	369	14	43	2	5.159
<b>2005</b>	6.284	2.307	5.402	1	1.437	55	15.486
<b>2006</b>	4.775	3.271	719	8	316	68	9.157
<b>2007</b>	3.910	1.577	875	10	210	5	6.587
<b>2008</b>	6.284	2.307	5.402	1	1.437	55	15.486
<b>2009</b>	8.619	4.914	4.681	1	538	28	18.781
<b>2010</b>	11.874	2.705	5.029	14	1.630	207	21.459
<b>2011</b>	14.780	4.993	2.026	4	608	120	22.531
<b>2012</b>	15.030	5.641	1.064	1.099	838	53	23.725
<b>Total</b>	74.585	29.417	25.567	1.152	7.057	593	138.371
<b>% total</b>	53,9%	21,3%	18,5%	0,8%	5,1%	0,4%	100,0%

Fonte: PF

<sup>3</sup> Os dados relacionados com revistas pessoais reúnem uma diversidade de abordagens distintas, mas ainda que o aumento não seja exatamente o que os dados indicam, refletem um aumento no esforço de apreensão.

<sup>4</sup> <http://www.deolhonoestatuto.org.br>

<sup>5</sup> Os dados relacionados aos resultados e processos relacionados ao controle de armas, porém, são escassos, pouco sistematizados e não têm sistematicidade na sua produção e divulgação.

<sup>6</sup> <http://www.entreguesuaarma.gov.br/>

A distribuição por segmento, no estado de São Paulo, é diferente, destacando-se o registro de armas para a segurança privada, como mostra a Tabela 4:

**Tabela 4: Registros de armas concedidos pela PF no estado de SP, por segmento entre os anos de 2004 e 2012**

<i>Ano</i>	<i>Pessoa física</i>	<i>Segurança Privada</i>	<i>Segurança Pública</i>	<i>Loja de Arma</i>	<i>Órgão Público</i>	<i>Outros Tipos</i>	<i>Total</i>
<b>2004</b>	22	108	7	0	16	0	153
<b>2005</b>	175	125	0	2	0	0	302
<b>2006</b>	244	459	1	2	44	0	750
<b>2007</b>	41	26	0	0	0	0	67
<b>2008</b>	329	274	0	1	22	2	628
<b>2009</b>	450	1208	25	1	279	2	1965
<b>2010</b>	620	554	233	8	317	13	1745
<b>2011</b>	672	741	90	3	177	6	1689
<b>2012</b>	975	1027	121	1	219	19	2362
<b>Total</b>	3528	4522	477	18	1074	42	9661
<b>% Total</b>	37%	47%	5%	0%	11%	0%	100%

A tendência ao aumento no número de novas armas registradas se mantém, porém, tanto no país, como no estado de São Paulo.

Muitos fatores podem estar relacionados aos números relacionados à quantidade de armas entregues e nem todos podem ser explorados aqui, por conta da escassez de dados relacionados ao tema. Destacamos aqui quantidade de armas em circulação, as campanhas publicitárias de entrega de armas, a disponibilidade na quantidade e no tipo de postos de entrega, a indenização, a burocracia envolvida na entrega, os acontecimentos no contexto da Segurança Pública, entre outros.

Os dados fornecidos pela Guarda Civil Metropolitana sobre entrega de armas nos seus postos na capital mostram oscilações relacionadas especialmente a eventos do contexto ou a campanhas específicas:

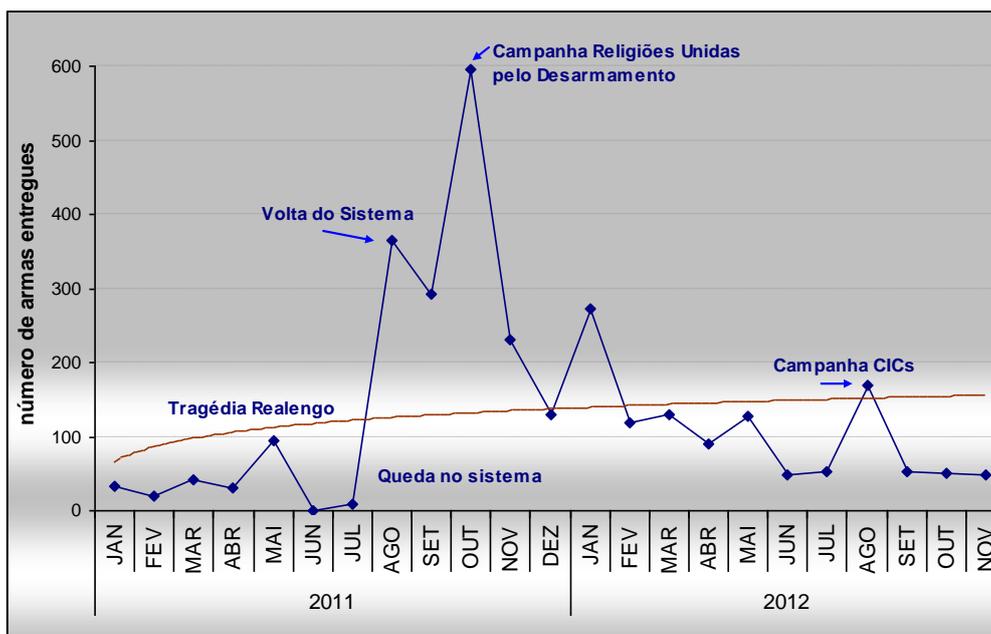
**Tabela 5: Armas entregues nos postos da GCM, entre os anos de 2009 e 2012**

	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>
<b>Armas entregues</b>	1268	427	1841	1162*

\*Dados atualizados até 30/11/2012

Fonte: Guarda Civil Metropolitana do Município de São Paulo

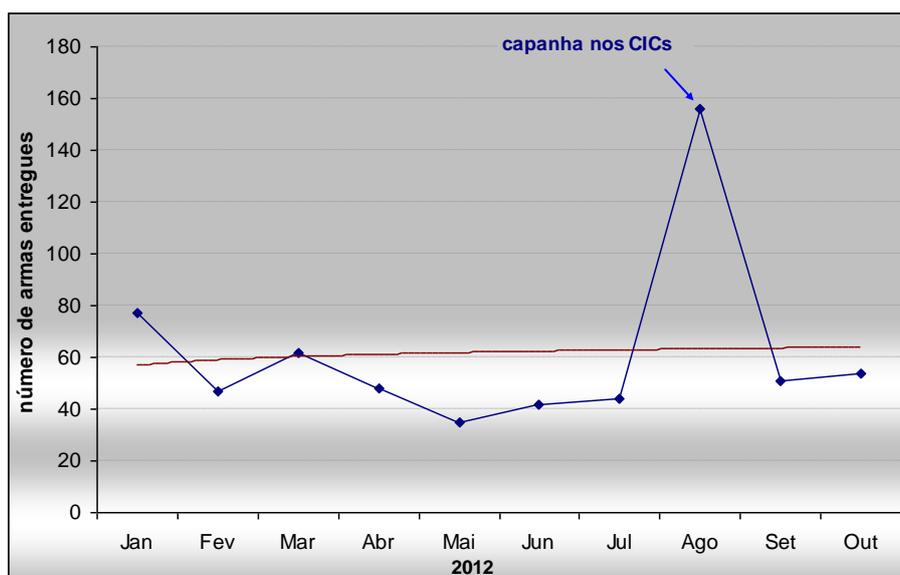
Os dados relacionados à entrega de armas nos postos da Guarda Civil Metropolitana mostram o quanto essa instituição tem sido permeável às ações do Plano, pois os dados oscilam significativamente quando estas ocorrem, como mostra o Gráfico 4:



**Gráfico 4: Número de entrega de armas por mês, à GCM de São Paulo, entre 2011 e 2012**  
 (Fonte: Guarda Civil Metropolitana do Município de São Paulo)

Em Junho de 2011 houve uma queda no Sistema que cadastra a armas entregues na Campanha, que se reestabeleceu entre Julho e Agosto, provocando um aumento no cadastro de armas entregues.

Esses dados indicam a importância da presença da GCM no Plano de Controle Armas, especialmente pelo fato de ser permeável e responder de forma rápida às ações de desarmamento definidas pelo Plano, assim como outros órgãos. Os dados disponíveis de entrega de armas na DECAP/PC em 2012 também mostram um pico de entrega no mês de Agosto, quando houve a campanha nos CICs, quando houve uma divulgação maior da Campanha que parece irradiar para um aumento maior no número de entrega em diversos postos :



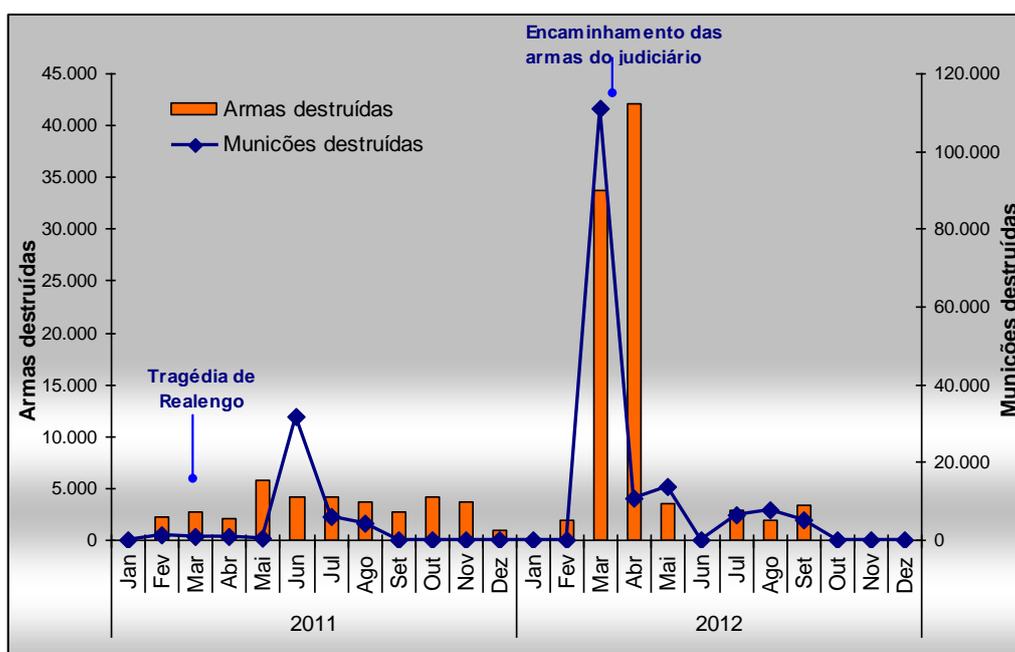
**Gráfico 5: Entrega de armas nas seccionais da DECAP**  
 (Fonte: DECAP/ PC)

Diferente da GCM, o número de entrega de armas na DECAP aumentou de 2011 para 2012, que coincide especialmente com o período de entrada de uma representante do órgão que teve uma participação mais sistemática.

	2011	2012
<b>Armas entregues</b>	381	616

De modo geral, as oscilações na quantidade de armas entregues estiveram estreitamente relacionadas às campanhas realizadas: seja na esfera local (campanha das religiões, desarmamento infantil, CICs, etc) e também na federal. Nesse sentido, em 2012, o Ministério da Justiça lançou apenas no final do ano uma nova campanha publicitária sobre o tema, o que, de maneira geral, também pode estar relacionado com a tendência de queda na quantidade de armas entregues no ano.

Outra manifestação da sensibilidade das instituições ao Plano foi a variação no número de armas e munições destruídas pelo Exército. Apesar de oscilar menos, vemos dois picos na quantidade de armas e munições destruídas, uma por conta de um fator do contexto (a tragédia de Realengo) e outra por uma ação do próprio Plano (o encaminhamento à destruição dos estoques armazenados nos tribunais da cidade), como mostra o Gráfico 6:



**Gráfico 6: Número de armas e munições destruídas pelo Exército, nos anos de 2011 e 2012**

### 5) O futuro do Plano: Condições para sua manutenção e fortalecimento

Todos os entrevistados acreditam na importância da continuidade do grupo e apontaram especialmente para o trabalho de todos em trazer a experiência para a nova gestão municipal, de forma a receber o apoio necessário para que o trabalho continue.

As falas sobre o papel desempenhado pelo Instituto Sou da Paz revelam a valorização da presença de alguma instituição que faça a secretaria executiva, organizando as pautas, os convites aos participantes e registrando e divulgando as Atas. Também reforçam a importância

de que essa secretaria seja realizada por uma instituição que tenha conhecimento técnico sobre o tema, histórico de atuação nele e que transite em diferenças esferas – federal, estadual e municipal – que tratam dele. Finalmente, alguns entrevistados também apontam que ser uma organização da sociedade civil ajuda para que tenha essa coordenação legitimidade e perenidade frente às mudanças de gestão no poder público.

Para manter o grupo, os participantes também recomendam:

- Garantir um diálogo prévio com a equipe de transição da nova gestão da Prefeitura do Município de São Paulo, especialmente com o novo secretário de Segurança Urbana para falar da existência e importância do Comitê.
- Divulgar de forma consistente e clara os resultados do trabalho do GT para as pessoas que assumirem o trabalho na nova gestão municipal, de forma a fortalecer a importância da manutenção do Comitê no futuro.

Além dessas recomendações, trazemos aqui outras sugestões para fortalecê-lo:

- Sustentar o convite para representação DELESP, incluindo a nomeação de um representante na portaria.
- Reforçar o convite e a importância da presença do representante do Exército
- Alguns entrevistados relatam que a experiência deveria ser multiplicada para o nível estadual, já que muitos dos representantes atuam no nível estadual, o que faz com que essa transposição já esteja ocorrendo na prática. Há questões sobre o fato do Plano ser municipal. Por um lado os entrevistados relatam que muitos das instituições participantes atuam e discutem já no âmbito estadual. Ao mesmo tempo a defesa para uma atuação no nível estadual vem com o argumento de que a experiência já mereceria ser multiplicada- o que implicaria na construção de outros grupos técnicos e não na ampliação do mesmo. A multiplicação da experiência, portanto, mereceria uma discussão mais profunda no sentido dessa multiplicação: ampliar o existente ou criar novos?
- Introduzir algum módulo sobre o tema do controle de armas e desarmamento no curso obrigatório de formação da GCM
- Realizar visitas às instituições para conhecer o funcionamento dos processos. Foi sugerido, inclusive, que fosse verificada a possibilidade do grupo acompanhar uma sessão de destruição de armas e/ou munições. Nesse sentido a realização da reunião de Dezembro de 2012 na Polícia Federal foi muito bem recebida pelos participantes do grupo. A recomendação de diversos entrevistados é que as reuniões se realizem em diferentes instituições além de na sede da Prefeitura. Além de possibilitar um maior conhecimento dos participantes sobre a instituição que os acolhe, dá a oportunidade a diferentes instituições receberem o Comitê.
- Aumentar a participação da Polícia Militar, envolvendo outras áreas. Considerando as altas demandas do pessoal que está em campo, a recomendação é de incluir pessoas do administrativo.
- Repensar a portaria, especificando quem mais deveria estar a partir do estudo mais aprofundado dos organogramas das instituições e compreensão de seus órgãos.
- Envolver mais pessoas que trabalham com a parte de comunicação nas instituições, da Secretaria de Segurança Pública ou do Palácio do Governo, para mobilizar mais a mídia já que as campanhas dependem de divulgação.
- Envolver alguém do setor de logística da PM, que cuida de armamento.

Finalmente há uma recomendação de que o grupo ponha o foco de seu trabalho em regiões em que há mais homicídios, retomando um desafio que já estava colocado no início:

... “também lembro claramente das primeiras reuniões, [...] ele [Inspetor Dalmo Luiz Coelho Álamo] chegou com um mapa que já era um pouco o histórico da campanha na cidade de São Paulo, mostrando que distritos em que o número de homicídios era maior, o número de recolhimento de arma era menor. Eu acho que a gente ainda não quebrou isso. Pelos últimos dados até que o próprio Inspetor Perbone nos trouxe, eu acho que esse é um grande desafio, um grande mote pra que o Grupo tenha continuidade, e tenha continuidade numa perspectiva grande com os grupos de sensibilização, olhando pra cidade tentando atuar na sensibilização nesses distritos, nessas áreas, esse acho que é um desafio, pensando no mapa da cidade. Por que que a Mooca recebe mais? Então acho que o Grupo tem muito a avançar nisso” (Marisa Pulice Mascarenhas, representante do Ministério da Justiça)

## **Anexo 1: Papéis dos atores com obrigações legais no controle de armas**

De acordo com as competências definidas no Estatuto do Desarmamento, os seguintes organismos atuam no Controle de Armas conforme descrito abaixo:

### **Exército Brasileiro**

O Exército Brasileiro é o principal ator no sistema de controle de armas nacional. Aspectos primordiais para assegurar que armas não entrem na ilegalidade - ou para permitir seu rastreamento se caírem em mãos erradas - são de responsabilidade exclusiva do Comando do Exército. Por exemplo:

Destruição de armas entregues e apreendidas.

Fiscalizar toda a produção e comércio, de armas e munições, bem como categorias que têm suas armas registradas no SIGMA - Sistema de Gerenciamento Militar de Armas; Importação de armas e munições de uso restrito e uso permitido, seja para forças de segurança pública, seja para colecionadores, atiradores e caçadores;

Exército é responsável pelo SIGMA, o banco de dados no qual devem constar informações sobre as armas de fogo de uso restrito; de caçadores; de atiradores; de colecionadores; das Forças Armadas; da Polícia Militar e Corpos de Bombeiros (armas institucionais e pessoais); de agentes da ABIN; do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência e das representações diplomáticas.

### **Polícia Federal**

A Polícia Federal tem a primazia no que diz respeito a todo o fluxo e controle de armas nas mãos da população brasileira. É de sua competência, por meio do SINARM, a emissão de autorizações de compra, porte e registro de armas para civis - alicerce central do sistema de controle.

A Polícia Federal é responsável por registrar os acervos das Polícias Civil e Federal e Guardas Municipais no SINARM, e pela autorização de porte para as Guardas Municipais. Também é responsável pelo registro das armas e funcionários das empresas de segurança privada, pela sua fiscalização e autorização de porte e compras.

Com o advento do Estatuto do Desarmamento, para estimular a retirada de circulação das armas de fogo, o governo federal criou campanhas de entrega voluntária de armas. A Polícia Federal assumiu inicialmente um papel central, sendo a responsável por receber e cadastrar as armas entregues. Atualmente há diversos convênios com as Polícias Estaduais e Guardas Civis (como ocorre na cidade de São Paulo) para que estes órgãos possam recolher armas diretamente na Campanha do Desarmamento.

Cabe à Polícia Federal gerenciar o SINARM, o banco de dados no qual devem constar informações sobre as armas de fogo das seguintes categorias: civis; Guardas Civis autorizadas pelo Estatuto a portar armas; arma institucional e pessoal da Polícia Civil e da Polícia Federal; Polícia Rodoviária Federal; armas de empresas de segurança privada e transporte de valores; carcereiros e armas utilizadas em escolta de presos e pela guarda portuária.

## **Polícias estaduais e Secretarias de Segurança Pública**

Às polícias estaduais, cabe informar as características e circunstâncias de todas as armas retiradas de circulação, alimentando o SINARM com os dados destas armas. Também devem prestar aos órgãos de fiscalização do Exército "toda a colaboração necessária", como na fiscalização do comércio de armas e munições, na identificação de pessoas físicas e jurídicas que estejam exercendo qualquer atividade com armas sem registro, assim como elaborar inquéritos ou perícias em caso de acidentes ou explosões provocadas por armazenagem ou manuseio de armas de fogo. Finalmente, devem apreender armas envolvidas em crimes ou situações ilegais e encaminhá-las para o Judiciário ou destruição.

## **Judiciário**

De acordo com o artigo 25 do Estatuto, "quando não mais interessarem à persecução penal [as armas] serão encaminhadas pelo juiz" ao Comando do Exército em no máximo 48 horas. Se houver decisão para doar a arma aos órgãos de segurança - mudança no Estatuto determinada pela lei no. 11.706 de 2008 - o juiz competente também "determinará seu perdimento em favor da instituição beneficiada".

## **Anexo 2: Marcos importantes para o Plano de Controle de Armas do Município de São Paulo**

1997 – Primeira campanha de entrega voluntária de armas realizada no Brasil

23/12/2003 – Aprovação da Lei 10.826/ 2003 – Estatuto do Desarmamento

### **2004-2005**

Aprovação do Decreto 5.123/2004 que regulamenta o Estatuto do Desarmamento

Criação de Comitês em diversos estados brasileiros pelo então Ministro da Justiça, Márcio Thomas Bastos, para a 1ª campanha oficial de desarmamento.

Criação da Rede Desarma Brasil, a partir dos Comitês nos estados.

23/10/2005 – Referendo que decidiu que o comércio de armas no Brasil não deveria ser proibido

### **2006/ 2007**

Campanha de Entrega Voluntária - realizada na Polícia Federal

Apresentação de Medida Provisória estabeleceu prazo para proprietários de armas de fogo transferissem seu registro para âmbito federal sem custo.

Produção e lançamento do Estatuto Ilustrado.

### **2008-2009**

Prorrogação da campanha de recadastramento de armas até 31/12/2008.

Continuidade de campanha de desarmamento com novo material publicitário.

Início da pesquisa sobre “**Estatuto do Desarmamento: do papel para a prática**”, pelo ISDP

Apresentação dos resultados em São Paulo, a diversos atores que posteriormente se vinculariam ao Plano de Controle de Armas.

Conferência Nacional de Segurança Pública - CONSEG

Lançamento de Campanha Municipal em São Paulo, em parceria do Instituto Sou da paz com a Prefeitura de São Paulo/ Secretaria Municipal de Segurança Urbana/ Guarda Civil Metropolitana e a Igreja Católica

### **2010**

Abril – Lançamento da pesquisa “**Estatuto do Desarmamento: do papel para a prática**” no Congresso Nacional.

Criação de grupo de trabalho sobre controle de armas, em Brasília (MJ, PF, entidades da sociedade civil), que realiza 2 reuniões

Início do Plano de Controle de Armas do Município de São Paulo

Junho – Primeira Reunião do Grupo Técnico

Julho - Primeira reunião do Grupo de Sensibilização

Novembro – Lançamento do Plano de Controle de Armas do Município de São Paulo na Secretaria de Justiça e de Defesa da Cidadania.

Final de 2010 – Lançamento de nova campanha de desarmamento pelo MJ e Rede Desarma Brasil.

### **2011**

Fevereiro – Realização de oficina pelo Plano, na Sala São Paulo, para capacitação de atores

Abril – Tragédia de Realengo

Abril – Campanha de Desarmamento Infantil realizada pelo Plano em M’Boi Mirim

Maió – Lançamento de nova campanha publicitária para a entrega voluntária de armas com um sistema informatizado de indenização. Mudança no sistema fez mudar a data de julho para agosto.

Maió a junho – Consulta Participativa realizada pelo Plano em M’Boi Mirim

Junho a Novembro – Avaliação de meio tempo do Plano

Agosto – Campanha de Desarmamento em 2 Centros de Integração da Cidadania e mais 4 postos no M'Boi Mirim

Outubro – Campanha Religiões Unidas pelo Desarmamento em parceria com diversas tradições religiosas presentes na cidade de São Paulo, Guarda Civil Metropolitana e Polícia Federal

## **2012**

Início - Audiência com parceiros para repactuação do Plano.

Abril - Institucionalização do Grupo Técnico no âmbito do Gabinete de Gestão Integrada do Município (GGIM), chamando-se agora Comitê de Controle de Armas e Desarmamento. Portaria 125/2012.

Abril a Junho – Encaminhamento e destruição de armas armazenadas no Judiciário

Julho – PL 2057/2007 transformado em Lei ordinária – 1º PL a modificar o Estatuto do Desarmamento.

Agosto – Campanha Unidos pelo Desarmamento que aconteceu em 5 postos dos Centros de Integração da Cidadania (CICs), simultaneamente, em parceria com a Secretaria de Justiça, Defensoria Pública, Instituto Sou da Paz e apoio técnico da Polícia Militar

Outubro – 24ª Reunião do Comitê de Controle de Armas – avaliação de 2 anos.

Dezembro – Premiação das Inspetorias da Guarda Civil que mais receberam armas

Dezembro – lançamento pela Prefeitura do Livro “Campanha do desarmamento e controle de armas – a experiência da cidade de São paulo”